



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

EDITAL DE SELEÇÃO 001/2026

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ProPEd/UERJ)

MESTRADO ACADÊMICO – TURMA 2027/1

A Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) faz saber aos interessados que, no período **01 de Junho de 2026 às 23h59 do dia 01 de Julho de 2026**, estarão abertas as inscrições para a seleção dos candidatos ao Programa de Pós-graduação em Educação (ProPEd), Curso de Mestrado, para turmas com início em 2027/1º semestre na modalidade presencial. O presente edital atende o cumprimento às Leis Estaduais nº. 6.914/2014 e nº. 6.959/2015, que dispõem sobre o sistema de cotas para ingresso nos cursos de Pós-graduação, Mestrado, Doutorado e Especialização nas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro. Os candidatos que optarem por concorrer pelo sistema de cotas deverão observar os prazos estabelecidos no calendário constante no item VII.2 deste edital. O presente edital também atende candidaturas de servidores da UERJ que façam opção pelo Programa de Qualificação Institucional para Servidores da UERJ (PQISUERJ), em conformidade com a DELIBERAÇÃO Nº 26/2025 - CSEPE-UERJ).

1.0 - VAGAS E CANDIDATOS

1.1 Serão oferecidas **63 vagas** para o curso de Mestrado, destinadas aos portadores de diploma de curso superior de graduação plena, outorgado por instituição de ensino superior (IES) e reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Destas vagas, **19 vagas** (30% do total) serão destinadas às inscrições amparadas no sistema de cotas, conforme previsto pelas Leis Estaduais 6.914/2014 e 6.959/2015, distribuídas em três diferentes estratos, a saber: **08 vagas** para estudantes graduados negros e indígenas, **08 vagas** para graduados da rede pública ou privada de ensino superior que tenha recebido financiamento público, e **03 vagas** para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço. Serão oferecidas mais 02 vagas supranumerárias destinadas à servidoras/es que optarem pela seleção no âmbito do Programa de Qualificação Institucional para Servidores da UERJ (PQISUERJ). As pessoas candidatas pelo PQISUERJ serão submetidas às mesmas regras dos processos seletivos ordinários do ProPEd, de acordo com a DELIBERAÇÃO 4/2025 -ProPEd-UERJ, disponível em <https://www.proped.pro.br/pro>.

1.2 As orientações específicas para concorrer às vagas reservadas aos grupos de cotas estão



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

especificadas no ANEXO I deste edital.

1.3 Em atendimento a OS UERJ/SUPEERG N.º 001 de 13/03/2026, as(os) candidatas(os) que apresentarem o documento de autodeclaração étnico-racial, validado em processos seletivos anteriores e realizado pela COOVAL, ingressantes como estudantes da UERJ, poderão apresentar tal documentação, ficando isentas(os) de se submeter novamente a validação em processos posteriores pela COMISPVA.

1.3.a A apresentação do documento de autodeclaração supracitado, não isenta a pessoa candidata de se submeter à análise socioeconômica devendo encaminhar a documentação referentes a esse processo específico, conforme consta no ANEXO I e na data especificada no calendário de cotas (Item VII.2).

1.4 O total de vagas oferecidas, incluindo as vagas destinadas às inscrições por cotas, serão distribuídas de acordo com o quantitativo oferecido pelos orientadores conforme critérios vigentes no ProPEd-UERJ.

1.5 Todos os candidatos serão submetidos a processo seletivo único.

1.6 O preenchimento do total das vagas oferecidas no edital dependerá da existência de candidatos aprovados em número suficiente para tanto. As 02 vagas supranumerárias serão destinadas as/os servidoras/es concorrendo no âmbito do PQISUERJ, (DELIBERAÇÃO 26/2025-CSEPE/UERJ), que obtiverem mais nota dentre aquelas pessoas concorrendo pelo Programa. As pessoas aprovadas serão encaminhadas aos projetos por elas escolhido, podendo haver remanejamento caso a comissão julgue pertinente e necessário para atender à Deliberação 04/2025 do ProPEd. Os projetos que poderão receber vaga supranumerária estão listados no ANEXO III.

1.7 Na hipótese de constatação de declaração falsa na inscrição amparada pelo regime de cotas, o candidato será eliminado do processo seletivo e, se houver sido aprovado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao Programa, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis. A documentação poderá ser enviada ao órgão competente para apuração da existência de crime, nos termos da legislação penal vigente, conforme consta do ANEXO I deste edital.

1.8 A comissão de seleção reserva-se o direito de:

- a) Proceder ao remanejamento entre orientadores/linhas de pesquisa/ áreas de concentração de candidatos aprovados na seleção.
- b) Não havendo inscrições para o total ou parte das vagas destinadas ao sistema de cotas, em qualquer dos extratos, elas serão remanejadas para a demanda geral.



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO**

1.8.a A disponibilidade de vagas, por projetos de orientadores, encontra-se no ANEXO II deste edital. Pessoas candidatas pelo PQISUERJ devem observar quais as/os orientadoras/es que poderão receber candidatos das 2 vagas supranumerárias encontra-se no ANEXO III deste edital.

1.9 A lista dos projetos dos professores com a disponibilidade de vaga para orientação de Mestrado encontra-se no ANEXO III deste edital. A lista dos projetos de professoras/es com a disponibilidade de vaga para orientação de mestrado encontra-se no ANEXO IV deste edital. Pessoas candidatas pelo PQISUERJ devem escolher projetos cujas as/os orientadoras/es que poderão receber candidatos das 02 vagas supranumerárias (ANEXO III).

2.0 – DA REALIZAÇÃO

2.1 Em cumprimento às Leis Estaduais 6.914/2014 e nº 6.959/2015, que dispõem sobre o sistema de cotas para ingresso nos cursos de pós-graduação, mestrado, doutorado e especialização nas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, fica reservado, para os candidatos comprovadamente carentes, um percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas, distribuídas pelos seguintes grupos de cotas:

- a) 12% (doze por cento) para estudantes graduados negros e indígenas;
- b) 12% (doze por cento) para graduados da rede pública e privada de ensino superior;
- c) 6% (seis por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.
- d) Conforme artigo 5º da Lei suas disposições aplicam-se no que for cabível.

OBS.: AS ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS PARA CONCORRER ÀS VAGAS RESERVADAS AOS GRUPOS DE COTAS ESTÃO ESPECIFICADAS DO ANEXO I DESTE EDITAL.

3.0 – INSCRIÇÕES

3.1- Período e processo das inscrições:

a) As inscrições, para todos os candidatos, inclusive aqueles que optarem pela seleção por cotas, serão realizadas pela Internet, entre **01 de Junho de 2026 às 23h59 do dia 01 de Julho de 2026** no endereço www.proped.pro.br/selecao

b) Dúvidas, esclarecimentos ou informações deverão ser enviadas para o e-mail da comissão comissao_mestrado@proped.pro.br

b.1 Os candidatos terão acesso ao formulário de inscrição, clicando em “Inscrições Mestrado”.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

Em seguida, deverão observar as instruções subsequentes. Preenchido o formulário de inscrição por completo (dados pessoais e acadêmicos), o candidato visualizará, na mesma página de inscrição, o link de acesso ao site do CEPUERJ para geração de boleto de pagamento da taxa de inscrição, no valor de R\$ 100,00 (cem reais). Todo o processo de inscrição é feito no site do ProPEd-UERJ, apenas a geração do boleto se faz no site do CEPUERJ.

c) Os candidatos que pleiteiam as vagas referentes ao sistema de cotas deverão, neste mesmo formulário de inscrição, declarar sua opção por esse sistema e explicitar a qual dos estratos de cotas se candidatam, em conformidade com o disposto no item I deste edital.

c.1. O candidato ao sistema de cotas poderá solicitar isenção do pagamento de inscrição e na ficha de inscrição, aba *uploads*, inserir como documento o boleto emitido pelo Cepuerj sem comprovante de pagamento.

c.2 Pessoas que pleiteiam vaga supranumerária do PQISUERJ devem assinalar essa opção no formulário e inserir cópia do contracheque atualizado no link indicado.

c.3. O candidato que receber o deferimento de sua solicitação deverá encaminhá-la para o e-mail da Comissão de Seleção de Mestrado (cotas_mestrado@proped.pro.br), conforme data fixada no Calendário Relativo ao Processo de Ingresso pelo Sistema de Cotas.

c.4. O candidato que não obtiver o deferimento de sua solicitação deverá realizar o pagamento da inscrição e enviar o comprovante para o e-mail específico da Comissão de Seleção de Mestrado (cotas_mestrado@proped.pro.br) no prazo estabelecido no item VII.2.f, deste edital.

Obs.: O NÃO PAGAMENTO IMPLICARÁ NA SUA ELIMINAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO.

d) Os candidatos deverão efetuar o envio de **todos os documentos** listados no item III.2, escaneados em formato PDF, em arquivo único, **por tipo de documento**, em links específicos no seu formulário de inscrição, disponíveis após preenchimento dos dados acadêmicos (aba *uploads*).

OBSERVAÇÃO: OS DOCUMENTOS PRECISAM ESTAR LEGÍVEIS, EM CASO CONTRÁRIO A INSCRIÇÃO NÃO SERÁ HOMOLOGADA.

d.1 A documentação relativa às cotas deve ser enviada em arquivos separados, **NA DATA ESPECIFICADA NO CALENDÁRIO RELATIVO AO PROCESSO DE SELEÇÃO DE COTISTAS.**

e) Os arquivos devem ser nomeados conforme a natureza de cada um deles. A comissão de análise de cotas da UERJ não aceitará arquivo único e o processo será devolvido como erro de montagem processual. Vide Anexo III.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

f) O candidato deverá informar, na ficha de inscrição, a Língua Estrangeira, a saber: Inglês, Espanhol ou Francês em que fará a prova de proficiência.

f.1. Não haverá alteração de opção de Língua Estrangeira após o encerramento de inscrições.

f.2. Poderá ser solicitada isenção da prova de Língua Estrangeira desde que a faça no formulário de inscrição, **COM UPLOAD DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA LEGÍVEL. Poderão ser aceitos para fins comprobatórios: certificados de proficiência (TOEFL, CAMBRIDGE, DELF, DELE e semelhantes em outras línguas). A isenção não é automática.**

g) No ato da inscrição, o candidato deverá indicar o projeto de pesquisa ao qual pretende se vincular, conforme Anexo III deste edital.

h) Pessoas com deficiência e/ou com transtorno do espectro autista, deverão informar no ato da inscrição o tipo de adequação, acessibilidade ou adaptação que necessitará para realizar a prova. Informamos que teremos uma sala específica para a realização da avaliação com tempo diferenciado.

3.2 Documentos exigidos:

3.2.1 Todos os documentos abaixo listados devem ser digitalizados em formato PDF e enviados através de *links* específicos disponíveis na área de inscrições *online* (ficha de inscrição, aba *upload*). Os documentos devem estar em arquivos separados e nomeados de acordo com a natureza de cada um. Não serão aceitas pendências ou justificativas de qualquer natureza para a falta de algum dos documentos abaixo. Não serão aceitos documentos de qualquer natureza após o prazo de inscrição. **A falta de qualquer documento implicará na NÃO HOMOLOGAÇÃO DA INSCRIÇÃO.**

Documentos:

a) **Plano de trabalho** conforme modelo disponível na área de inscrições *online* - com no mínimo 4 (quatro) páginas e, no máximo 6 (seis), incluindo capa e referências bibliográficas.

a.1. Pessoas candidatas pelo PQISUERJ devem observar se o coordenador está oferecendo vagas no âmbito do Programa, observe o ANEXO III, e seu projeto de pesquisa.

b) **Frente e verso** do Diploma de Graduação plena em curso credenciado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) ou da Certidão de Colação de Grau, emitida pela instituição de Ensino Superior (IES);

b.1) Candidatos com diploma de graduação emitido por Instituição de Ensino Superior



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

estrangeira, devem proceder segundo item III.3.

b.2) Candidatos cujos diplomas ainda não tenham sido expedidos pela IES no ato da inscrição para o processo seletivo, poderão se inscrever, desde que apresentem declaração da IES indicando as datas de conclusão e colação de grau do curso de graduação. Se aprovado, o candidato deverá apresentar a declaração de conclusão e histórico final até o dia 15 de fevereiro de 2027, para conferência da secretaria, sob pena de ter cancelada sua matrícula.

b.3) No caso de candidatos possíveis concluintes de curso de graduação, com término previsto para o **segundo semestre de 2026**, é obrigatória a apresentação de declaração da IES de origem, indicando a data da provável conclusão do curso ou colação de grau. **Os possíveis concluintes de curso de graduação devem apresentar, até 15 de fevereiro de 2027, a declaração de colação de grau; A data de Colação não poderá ser posterior à data da matrícula indicada no calendário deste edital.**

c) Histórico Escolar completo da graduação;

d) Currículo no formato Lattes com a produção entre os anos 2021 e 2025 com os respectivos comprovantes da produção informada, reunidos em um único arquivo **PDF**;

e) Carteira de Identidade (RG) ou Carteira de Trabalho com foto ou Carteira de Órgão ou Conselho de Classe com foto ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e CPF. No caso de a Identidade constar o número do CPF, este fica dispensado;

f) Documento comprobatório para isenção de Língua Estrangeira, **(certificados de proficiência (TOEFL, CAMBRIDGE, DELF, DELE e semelhantes em outras línguas))**

g) Comprovante de pagamento de inscrição. Candidatos inscritos por cota devem anexar apenas o boleto emitido pelo CEPUERJ sem comprovação de pagamento.

h) Para concorrer às vagas reservadas pelo sistema de cotas estabelecido na Lei Estadual 6.914/2014 o candidato deve atender às instruções específicas do ANEXO I - INSTRUÇÕES E DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DO SISTEMA DE COTAS. Os candidatos devem estar atentos aos prazos estabelecidos no item VII, 7.2, deste edital.

i) As pessoas candidatas pelo PQISUERJ devem inserir cópia do contracheque atualizado para ter direito à isenção.

3.3 Candidatos com diplomas emitidos por Instituições de Ensino Superior no exterior:

3.3.1 Candidatos estrangeiros deverão enviar, por *upload*, diploma de graduação plena e histórico escolar completo com tradução feita por tradutor público juramentado no Brasil – dispensa-se tradução para os idiomas inglês, francês ou espanhol;



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO**

3.3.2 Pessoas candidatas brasileiras com diploma de graduação plena emitido no exterior deverão enviar, por *upload*, diploma de graduação plena e histórico escolar completo com tradução feita por tradutor público juramentado no Brasil – dispensa-se tradução para os idiomas inglês, francês ou espanhol;

3.3.3 Folha com identificação do passaporte válido, juntamente com folha com visto de entrada no Brasil, se cabível;

3.3.4 Diploma e histórico escolar emitidos no exterior devem estar devidamente apostilados com a apostila de Haia ou, em caso de países não signatários da Convenção da Haia, os documentos devem ter visto Consular do país de origem da emissão do diploma.

3.4. Resultado da Inscrição:

a) A inscrição dos candidatos ao processo seletivo para o ProPEd-UERJ só será confirmada após verificação de todos os documentos enviados pelo candidato.

b) O resultado da homologação da inscrição será divulgado no dia 20/07/2026, após às 16h, no *site* (www.proped.pro.br/selecao), na aba “Resultados”, em uma listagem constando o número de inscrição e a menção “Inscrição Homologada” ou “Inscrição Não Homologada”.

c) Os candidatos que não anexarem toda a documentação exigida no item III.2 (e III.3, no caso de estrangeiros) terão menção de “Inscrição Não Homologada”, estando, portanto, eliminados do processo seletivo.

d) Não serão homologadas inscrições com qualquer pendência na documentação.

e) A divulgação do resultado da análise da documentação comprobatória do candidato que concorrer à vaga de cotista, de acordo com as Leis Estaduais nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015, será feita de acordo com o cronograma de exame de seleção (Item VII.2)

4.0 - DO PROCESSO SELETIVO

4.1 O processo seletivo será constituído das **seguintes etapas obrigatórias:**

a) Prova Escrita Dissertativa em Língua Portuguesa, de caráter eliminatório. A prova será presencial nas dependências da Faculdade de Educação e terá duração máxima de 3 (três) horas, não sendo permitida qualquer forma de consulta durante sua realização. A avaliação da prova levará em conta a capacidade argumentativa, a clareza da exposição, o conhecimento teórico do campo educacional, bem como a correção textual. A prova escrita será corrigida independentemente por 02 (dois) examinadores. A nota do candidato é a média aritmética das notas atribuídas por cada um dos examinadores. Havendo diferença superior a 02 (dois) pontos



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO**

nas notas atribuídas pelos dois primeiros examinadores, a prova escrita será avaliada por um terceiro examinador. A média final do candidato será, então, a média aritmética das notas atribuídas pelos 02 (dois) examinadores com menor índice de discrepância. Candidatos com média final igual ou superior a 7,0 (sete) serão aprovados. **Não haverá vista de prova, em nenhuma hipótese e nem recurso para candidato aprovado.**

a.1 A Prova escrita servirá para comprovar a proficiência em Língua Portuguesa de candidatos estrangeiros.

b) Plano de trabalho, de caráter eliminatório. O plano de trabalho (com o mínimo de 04 páginas e máximo de 06 páginas, incluindo capa e referências bibliográficas) será avaliado pelo orientador indicado pelo candidato. Essa avaliação se dará mediante a análise da pertinência da temática ao grupo de pesquisa, relevância, organização de ideias e coerência metodológica. Sobre este plano, o orientador indicado dará um parecer de **apto** ou **não apto**, que será incorporado às decisões da Comissão Examinadora. **Os candidatos considerados não aptos após avaliação do Plano de Trabalho serão eliminados do processo.** (Consultar o resumo dos Projetos de Pesquisa dos Professores no **ANEXO III**. Consultar informações sobre Linhas de Pesquisa no site do ProPEd<proped.pro.br>).

c) Avaliação do currículo Lattes (caráter classificatório). Para efeitos de análise, só serão consideradas as informações contidas no currículo acompanhadas de documentação comprobatória entre os anos de 2021 a 2025. A documentação comprobatória deve estar organizada e sequenciada de acordo com o currículo Lattes.

c.1) Em caso de maternidade e adoção nesse período serão consideradas as informações contidas no currículo Lattes, acompanhadas de documentação comprobatória referente ao período entre 2020 e 2025.

d) Arguição oral, de caráter eliminatório. A arguição ocorrerá por via remota. A arguição será conduzida por, no mínimo, 02 (dois) professores do ProPEd-UERJ, sendo um deles, preferencialmente, o professor indicado como orientador para o qual o candidato está concorrendo. Na arguição, o candidato será questionado sobre seu plano de trabalho e seu currículo Lattes, com ênfase na defesa de sua adequação e justificativa para ingresso no curso. A avaliação da arguição será realizada com base na apreciação da trajetória acadêmica e profissional do candidato, sua prontidão para elaboração de trabalho acadêmico, suas condições de cumprir as atividades acadêmicas, defesa do plano de trabalho proposto, perspectiva de inserção no contexto do projeto de pesquisa do possível orientador. A arguição será gravada. Caso haja alguma intercorrência durante a arguição oral ocorrida por via remota, esta será



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO**

remarcada para um outro dia, dentro do período previsto para esta etapa. Candidatos com média final igual ou superior a 7,0 (sete) serão aprovados.

d.1) Na arguição oral por via remota, o *link* será enviado previamente ao candidato, porém o acesso ao *link* só poderá ser feito no dia e horário marcado.

d.2) A avaliação da arguição remeterá aos mesmos critérios de avaliação do plano de trabalho (item IV.1.b)

d.3) O candidato com deficiência auditiva/surdez terá direito a intérprete de LIBRAS durante a arguição, o que deve ser solicitado no ato da inscrição.

e) **Prova Escrita de Língua Estrangeira** (Francês, Espanhol ou Inglês). A prova de Língua Estrangeira será realizada por todos os candidatos aprovados nas etapas anteriores. A prova de Língua Estrangeira será realizada no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), no dia 11/11/2026, das 00h às 23h59. As orientações serão repassadas por e-mail a todos os aprovados na etapa anterior que deverão realizar a prova mesmo se não tiverem sido classificados. A não realização da prova na data informada implicará na eliminação do candidato do processo.

f.1) Objetivo e Critérios

f.1.1. A prova de Língua Estrangeira terá por objetivo avaliar a proficiência instrumental em uma língua estrangeira.

f.1.2. Será considerado aprovado na prova de Língua Estrangeira, o candidato que obtiver a menção **apto**.

f.1.3. O candidato que obtiver a menção **não apto** na prova de Língua Estrangeira poderá realizar novo exame dentro do prazo de 12 (doze) meses, a contar da sua realização.

f.1.4. Caso obtenha nova reprovação na prova de Língua Estrangeira, o candidato será desligado do curso.

f.2) O candidato que não realizar a prova será eliminado do processo

OBSERVAÇÃO: NÃO SERÃO ACEITOS RECURSOS DE CANDIDATOS APROVADOS.

5.0 - CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO DOS CANDIDATOS

5.1 Será considerado aprovado para continuidade do processo seletivo o candidato que obtiver nota mínima 7,0 (sete) na Prova Escrita Dissertativa em Língua Portuguesa, conforme item 4.1.a.

5.2 Será aprovado para continuidade do processo seletivo o candidato considerado **APTO** na análise do Plano de Trabalho, conforme item 4.1.b.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

5.3 Será aprovado na análise do currículo Lattes o candidato considerado **APTO**.

5.4 Será aprovado na Arguição Oral o candidato que obtiver nota mínima 7,0 (sete), conforme item 4.1.d.

5.5 Do resultado das etapas (4.1.a) e (4.1.d), será extraída uma média final ponderada com peso 3 (três) para a Prova Escrita Dissertativa e peso 2 (dois) para a Arguição Oral;

5.6 A média final mínima para a aprovação no processo seletivo será 7,0 (sete). O candidato poderá ser aprovado, mas não selecionado.

5.7 Os candidatos serão classificados para ingresso no projeto do orientador indicado no ato de inscrição no processo de seleção, observadas as seguintes orientações gerais:

5.7.1 Os candidatos aprovados pelo sistema de cotas constarão em ordem decrescente de médias finais em uma lista própria que orientará sua distribuição no processo de classificação por projetos de orientadores;

5.7.2 Para fins de classificação final, serão considerados pela reserva de vagas por cotas os candidatos que, em lista própria, constarem entre o número de vagas disponíveis para esta destinação no processo de seleção;

5.7.3 Os candidatos concorrentes ao sistema de cotas excedentes ao número de vagas disponíveis para esta destinação serão automaticamente remanejados para a listagem de candidatos da demanda geral;

5.7.4 A classificação final dos candidatos será feita em listas discriminadas por projeto de orientador, em ordem decrescente de média final, iniciando-se pelos candidatos concorrentes às vagas reservadas aos grupos de cotas oriundos de lista própria seguidos dos candidatos da ampla concorrência;

5.7.4a As duas vagas supranumerárias não entram na classificação explicitada no item anterior.

5.7.5 As vagas serão ocupadas pelos candidatos classificados por projeto, respeitado o número de vagas que cada professor orientador foi autorizado a oferecer pelo Colegiado do ProPEd em atendimento a critérios fixados pela CAPES, conforme discriminado no ANEXO II.

5.7.5.a As pessoas servidoras candidatas pelo PQISUERJ devem observar se o projeto escolhido corresponde a um/a orientador/a com disponibilidade para ofertar vaga para receber supranumerária. ANEXO III.

5.7.6 Em caso de aprovação superior ao número de vagas por orientador, a comissão de seleção reserva o direito de redistribuir os candidatos aprovados conforme adequação dos projetos de pesquisa a projetos de outros professores.

5.7.7 Para fins de preenchimento das duas vagas supranumerárias (PQISUERJ) oferecidas serão



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO**

consideradas aprovadas as pessoas servidoras da UERJ, obtiverem a maior nota dentre as demais concorrentes pelo mesmo programa. As pessoas aprovadas serão encaminhadas para o projeto por elas escolhido, podendo haver remanejamento caso a comissão julgue pertinente para adequação às normas estabelecidas na DELIBERAÇÃO 04/2025 do ProPEd.

5.8 Em caso de empate entre os candidatos, a classificação será decidida com base nos seguintes critérios:

5.8.1 Será dada prioridade de matrícula ao candidato que comprove ter renda familiar inferior a dez salários mínimos, ou ao de menor renda familiar, segundo a Lei Estadual nº. 8.469 de 15 de julho de 2019.

5.8.2 O mais idoso terá precedência, segundo o Estatuto do Idoso.

5.8.3 Maior nota na prova escrita.

5.8.4 Maior nota na arguição oral do plano de trabalho.

5.9 Caso não haja candidatos aprovados entre os concorrentes a um mesmo projeto de pesquisa, candidatos aprovados concorrentes a outros projetos de pesquisa poderão ser remanejados a critério da Comissão de Seleção de Mestrado, respeitada sua classificação, sob primazia do critério de compatibilidade acadêmico-conceitual, expressa anuência das partes envolvidas e aprovação do Colegiado do ProPEd-UERJ.

6.0 - MATRÍCULA:

6.1 Os candidatos aprovados e selecionados terão direito à matrícula, em data definida no Calendário geral (Item 7.1), respeitados os limites das vagas estabelecidas por projeto e linha de pesquisa neste edital.

6.2 A matrícula será efetivada automaticamente para todos os ingressantes que tenham sido aprovados no processo de seleção. Os documentos necessários para matrícula foram inseridos por upload no momento da inscrição. Foto 3x4 recente em sua ficha de inscrição (aba *uploads*).

6.2.1. Para confirmar sua matrícula, o candidato estrangeiro precisará enviar cópia do passaporte com visto de estudante para o email da secretaria do ProPEd: secretaria@proped.pro.br

6.2.2. Em caso de desistência da matrícula ou de desclassificação por não apresentação da documentação exigida, poderão ser convocados outros candidatos aprovados, respeitada a ordem de classificação no projeto de pesquisa em que se deu a desistência. A data para a reclassificação encontra-se estabelecida no calendário deste edital.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

6.2.3 Em caráter excepcional, poderá ser aceita, provisoriamente, declaração de conclusão da graduação, mantendo-se a apresentação dos demais documentos previstos.

6.2.4 A não apresentação do diploma de graduação/mestrado no prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da matrícula, implicará desligamento do aluno do Programa.

6.2.5 O ingressante que, para comprovar sua inscrição, apresentou declaração de possível conclusão, precisará entregar à secretaria declaração de conclusão com data anterior a 15/02/2027, ou sua matrícula será invalidada.

7.0 - CALENDÁRIO:

7.1 CALENDÁRIO GERAL

a) Inscrições ¹	01/06/2026 a 01/07/2026
b) Resultado da homologação das inscrições	20/07/2026 após 16h
c) Recurso ao Resultado da homologação das inscrições. Só pela página do candidato	20/07/2026 até às 23h59 do dia 22/07
d) Resposta ao recurso da homologação das inscrições.	27/07/2026 após 16h
e) Prova escrita dissertativa em língua portuguesa OBS. A sala de aula será informada no mural da sala 12037 F (ProPEd-UERJ). O candidato deve chegar no local com antecedência 1h e dirigir-se à sala 12037, dependências da Faculdade de Educação/12º andar do Bloco F.	14/08/2026 às 14h até 17h
f) Resultado da prova escrita	04/09/2026 após 16h
g) Recurso ao resultado da prova escrita	04/09/2026 até às 23h59 do dia 08/09/2026
h) Resultado do recurso da prova escrita	11/09/2026 após 16h
i) Resultado da análise do plano de trabalho e do currículo	25/09/2026 após 16h
j) Recurso à análise do plano de trabalho e currículo	25/09/2026 até às 23h59 do dia 28/09/2026
k) Resultado ao recurso à análise do plano de trabalho e currículo	02/10/2026 após 14h
l) Divulgação das datas de arguição oral	02/10/2026 após às 16h
m) Período de arguição oral A data e o <i>link</i> de acesso de cada arguição serão divulgadas na página/área do candidato e enviado por e-mail.	05/10/2026 até 27/10/2026
n) Resultado da arguição oral	03/11/2026 após às 16h
o) Recurso ao resultado da arguição oral	03/11/2026 até às 23h59 do dia 05/11/2026

¹ Todos os procedimentos de inscrições e comunicação de resultados estarão disponíveis no site do ProPEd (www.proped.pro.br/selecao/).



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

p) Resultado do recurso à arguição oral	09/11/2026 após 14h
q) Divulgação dos candidatos aptos à realização da prova de proficiência em língua estrangeira*	09/11/2026 após 16h
r) Exame de proficiência em Língua Estrangeira. A Prova será realizada de forma online no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). As orientações serão enviadas por email a todos os aprovados.	11/11/2026 das 00h às 23h59.
s) Resultado do Exame de proficiência em língua estrangeira.	12/11/2026 após 16h
t) Recurso ao resultado do Exame de proficiência em língua estrangeira.	13/11/2026 até às 23h59 do dia 16/11/2026
u) Divulgação do resultado preliminar.	19/11/26 às 16h
v) Recurso ao resultado preliminar.	19/11/26 até às 13h59 do dia 24/11/2026
x) Resposta do recurso do resultado preliminar	27/11/2026 após 16h
z) RESULTADO FINAL	04/12/2026 após 16h
z.1) Confirmação de matrícula. Candidato receberá as informações para acessar o site e conferir sua inscrição em disciplinas com supervisão do orientador/a	15/02/2027 a 17/02/2027
z.2) Divulgação da reclassificação Os reclassificados devem consultar os procedimentos de matrícula que constam no item VI deste Edital	19/02/2027
z.3) Confirmação de matrícula dos Reclassificados. Candidato receberá as informações para acessar o site e conferir sua inscrição em disciplinas com supervisão do orientador/a	22/02/27 e 23/02/2027

7.2 CALENDÁRIO RELATIVO AO PROCESSO DE SELEÇÃO DE COTISTAS

7.2.1 Para concorrer às vagas reservadas pelo sistema de cotas estabelecido nas Leis Estaduais nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015, a pessoa, além de atender aos prazos do calendário geral, deve ficar atento aos prazos específicos estabelecidos neste item.

7.2.2 O sistema de cotas é, antes da especificidade das cotas, um sistema de COTAS SOCIAIS, a pessoa candidata que não corresponder aos critérios socioeconômicos estabelecidos na Lei terá seu pedido INDEFERIDO. A pessoa candidata deve atender às instruções específicas do **ANEXO I**.

7.2.3 Em atendimento a OS UERJ/SUPEERG N.º 001 de 13/03/2026, as(os) candidatas(os) que apresentarem o documento de autodeclaração étnico-racial, validado em processos seletivos anteriores e realizado pela COOVAL, ingressantes como estudantes da UERJ, poderão apresentar tal documentação, ficando isentas(os) de se submeter novamente a validação em processos posteriores pela COMISPVA.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

7.2.4 A apresentação do documento de autodeclaração supracitado, não isenta a pessoa candidata de se submeter à análise socioeconômica devendo encaminhar a documentação referentes a esse processo específico, conforme consta no ANEXO I e na data especificada no calendário de cotas (Item VII.2).

7.2.5 A pessoa candidata que solicitar isenção do pagamento de inscrição, **no caso de indeferimento do pedido**, deverá efetuar o pagamento, para continuar participando do processo seletivo conforme estabelecido no item 3.1.h). Em caso de não homologação da inscrição (item 3.4.b) A pessoa candidata estará eliminada do processo seletivo.

7.2.6 A pessoa candidata, que no ato da inscrição optou por concorrer ao sistema de cotas, **receberá um e-mail específico da Comissão de Seleção do Mestrado informando como deve proceder para fazer o envio dos documentos**. Esse e-mail será divulgado apenas para aqueles que tiverem sua inscrição homologada.

Calendário relativo ao processo de seleção de cotistas:

a) Envio de documentação	02 a 06/10/2026 até 23h59
b) Resultado da análise socioeconômica	26/10/2026 após as 16h
c) Recurso ao resultado da análise socioeconômica	26 a 28/10/2026 até 23h59
d) Resposta ao recurso da análise socioeconômica	04/11/2026 após 16h
e) Resultado da análise da opção de cotas	06/11/2026 após 16h
f) Recurso a análise da opção de cotas	06 a 10/11/2026 até às 23h59
g) Resultado ao recurso da opção de cotas	17/11/2026 após 16h
e) Pagamento da inscrição de candidatos com pedido indeferido na situação cotista	17 a 24/11/2026
f) Prazo para envio do recibo de pagamento	25/11/2026 até 23h59

8.0 – DISPOSIÇÕES GERAIS:

8.1 A inscrição da pessoa candidata **implicará** conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, não sendo aceita a alegação de desconhecimento.

8.2 No que concerne aos resultados de análise e recursos de cotas, este pode ser alterado pelo DEPG, em função do número de candidaturas de cotistas. Qualquer alteração do calendário será amplamente divulgada a todos os interessados, coletivamente, no local de inscrição e na página do Programa, e por e-mail da Comissão de seleção enviado aos candidatos.

8.3 Os históricos escolares devem ser validados pela instituição expedidora.

8.4 Arguição oral por meio remoto poderá ser remarcada 02 (duas) vezes para o caso de acontecer queda de sinal no dia de sua realização. Em casos excepcionais, e a critério da comissão de seleção, a arguição poderá ser presencial.



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO**

8.5 O exame de seleção só terá validade para o Curso que será iniciado no **primeiro semestre de 2027**.

8.6 Após a inscrição não será permitida qualquer alteração de dados ou informações.

8.7 Havendo desistência do candidato aprovado após o início das atividades didático-pedagógicas, fora do calendário de reclassificação, serão chamados, em ordem de classificação, os candidatos aprovados e não selecionados, até a quarta semana após o início do período letivo. Após esse período, mesmo que haja alguma desistência, os candidatos não serão mais chamados.

8.8 O plágio ou autoplágio poderá ser arguido a qualquer momento e acarretará a desclassificação do candidato.

8.9 O ProPEd não se responsabilizará pelo ressarcimento de quaisquer custos arcados pelo candidato cuja inscrição não seja homologada pelo descumprimento do especificado nos itens 03 e 04 e em seus subitens; por falta a uma das provas; desistência durante o processo; ou qualquer outra circunstância.

8.10 A Comissão de Seleção é composta por 06 (seis) docentes e 04 (quatro) docentes suplentes, que se encarregarão de elaborar, acompanhar e avaliar todo o processo de seleção, bem como decidir por quaisquer questões pertinentes ao referido processo.

8.10.a Ao longo do processo da seleção temos apoio da Comissão Permanente de Equidade, Inclusão, Diversidade e Diferença do ProPEd-UERJ possibilitando garantias de acesso aos candidatos.

8.11 A Comissão de Seleção poderá, a seu critério, convocar outros membros do corpo docente do ProPEd para participar das etapas de seleção.

8.12 O colegiado do ProPEd deverá dispor sobre a homologação do resultado final da seleção, sob instrução e relato da comissão de seleção.

8.13 A comissão de seleção tem o direito de alterar o calendário deste edital, diante de circunstâncias que assim justifiquem, dando ciência aos interessados, coletivamente, no local de inscrição e na página do Programa (www.proped.pro.br).

8.14 Os casos omissos no presente edital serão resolvidos pela comissão de seleção do ProPEd.

8.15 A Coordenação do ProPEd é responsável pela gerência administrativa e infraestrutura do processo de seleção.

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA CORRESPONDÊNCIAS E INFORMAÇÕES:

Correspondências e informações sobre este edital são feitas exclusivamente via e-mail da



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO**

Comissão de Seleção de Mestrado: comissao_mestrado@proped.pro.br

Outras informações sobre o ProPEd podem ser obtidas no site do Programa

(www.proped.pro.br) ou nos e-mails da Secretaria do ProPEd (secretaria@proped.pro.br)

Rio de Janeiro, 30 de Abril de 2026.

Rita de Cássia Prazeres Frangella

Coordenadora Geral do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO**

ANEXOS

ANEXO I: Instruções e Documentações para Participar do Sistema de Cotas

ANEXOS II: Quadro de vagas por orientadores

ANEXO III: Quadro de coordenadores de projeto com disponibilidade para receber as vagas supranumerárias oferecidas.

ANEXO IV: Lista de projetos de pesquisa dos professores orientadores (por Linha de Pesquisa).



ANEXO I

INSTRUÇÕES E DOCUMENTAÇÃO PARA PARTICIPAR DO SISTEMA DE COTAS

1. Em cumprimento às Leis Estaduais nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015, que dispõem sobre o sistema de cotas para ingresso nos cursos de pós-graduação, mestrado, doutorado e especialização nas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, fica reservado, para os candidatos comprovadamente carentes, um percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas em cada área de concentração, distribuídas pelos seguintes grupos:

- a. 12% (doze por cento) para estudantes graduados negros e indígena;
- b. 12% (doze por cento) para graduados da rede pública e privada de ensino superior;
- c. 6% (seis por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.
- d. Conforme artigo 5º da Lei, suas disposições aplicam-se no que for cabível.

2. *A condição socioeconômica é fator principal* do sistema de cotas. Em conformidade com as Leis Estaduais nº 6.914/2014 e nº 6.959/2015, entende-se por:

- a) Carente: aqueles que possuem renda per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio. Para efeito do cálculo da renda per capita, será utilizada a renda bruta de todos os membros que moram no domicílio informado em questionário socioeconômico, dividido pelo número de pessoas.

A análise socioeconômica abrange:

- Conferência do **Formulário de Informações Socioeconômicas – FIS** com a documentação que o acompanha conforme explicitado no manual de orientações para os candidatos a reserva de vagas;
- Verificação se a renda per capita se ajusta ao patamar de carência definido em lei;
- Se necessário, entrevista individual com candidato respeitando o sigilo profissional.

3. **As opções de cotas:**

- a) negro e indígena: aquele que se autodeclarar como negro ou indígena;
- b) estudante carente graduado da rede privada de ensino superior: aquele que, para sua formação, foi beneficiário de bolsa de estudo do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), do Programa Universidade para Todos (PROUNI) ou qualquer outro tipo de incentivo do governo;
- c) estudante carente graduado da rede de ensino público superior: aquele assim definido pela



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

universidade pública estadual, que deverá levar em consideração o nível socioeconômico do candidato e disciplinar como se fará a prova dessa condição, valendo-se, para tanto, dos indicadores socioeconômicos utilizados por órgãos públicos oficiais;

d) pessoa com deficiência: aquela que atender às determinações estabelecidas na Lei Federal nº 7.853/1989 e Decretos Federais nº 3.298/1999 e nº 5.296/2004;

e) filhos de policiais civis e militares, de bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço: aqueles que apresentarem a certidão de óbito juntamente com a decisão administrativa que reconheceu a morte em razão do serviço ou a decisão administrativa que reconheceu a incapacidade em razão do serviço, além da fotocópia autenticada do Diário Oficial com as referidas decisões administrativas.

Caso deseje concorrer pelo sistema de cotas o candidato deverá adotar os seguintes procedimentos:

a) Optar por um único grupo de cotas no requerimento de inscrição;

b) Preencher, de acordo com as instruções específicas disponíveis no **Manual de Orientação Para Candidatos à Reserva de Vagas** os formulários encontrados no sítio do DEPG : <http://www.pr2.uerj.br/depg/index.php/coordenacoes/cca-coordenadoria-de-controle-academico/cas>.

b.1) O Formulário de Informações Socioeconômicas - FIS: encaminhar com a respectiva documentação comprobatória em formato PDF, para http://www.pr2.uerj.br/depg/download/cca/Formulario_Analise_Socioeconomica.doc

b.2) O Formulário de opção de cotas - FOC:

encaminhar com a respectiva documentação comprobatória em formato PDF, para http://www.pr2.uerj.br/depg/download/cca/Formulario_Opcao_de_Cotas.doc

A conferência e avaliação da documentação serão realizadas pelas comissões de Análise de Cotas UERJ. Eventuais pendências de documentos comprobatórios junto à Comissão de Análise de Cotas serão informadas ao candidato pela Secretaria do Proped através do email: comissao_mestrado@proped.pro.br

Ambos os Formulários deverão ser preenchidos e encaminhados, no período de inscrições estabelecido no calendário deste edital, pelo email: comissao_mestrado@proped.pro.br

Só serão avaliados pelas Comissões de Opção de Cotas, os candidatos que forem deferidos na



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO**

avaliação socioeconômica.

Caso as vagas destinadas aos candidatos a cotas não sejam preenchidas, serão utilizadas para a seleção em ampla concorrência. Igualmente, os candidatos indeferidos no processo de avaliação de cotas serão repassados automaticamente para ampla concorrência.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

ANEXO II

QUADRO DE VAGAS POR ORIENTADORES

LINHA LP1 “COTIDIANOS, REDES EDUCATIVAS E PROCESSOS CULTURAIS”

Professores	Vagas
Aldo Victório Filho	01
Alexandra Garcia	01
Ana Karina Brenner	01
Denize de Aguiar Xavier Sepulveda	02
Gustavo Coelho	01
Leonardo Nolasco-Silva	01
Luciana Bandeira Barcelos	02
Luís Thiago Freire Dantas	01
Mailsa Carla Pinto Passos	01
Maria da Conceição Silva Soares	01
Rosemary dos Santos	01
TOTAL	13

LINHA LP2 “EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PROCESSOS EDUCACIONAIS”

Professores	Vagas
Annie Gomes Redig	01
Carolina Rizzotto Schirmer	01
Cátia Crivelenti de Figueiredo Walter	01
Cristina Angélica A. de Carvalho Mascaro	02
Flávia Barbosa da Silva Dutra	01
Flávia Faissal de Souza	01
Maria Letícia Cautela de Almeida Machado	01
Suzanli Estef	02
Thatyana Machado Silva	02
TOTAL	12



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

LINHA LP3 “INFÂNCIA, JUVENTUDE E EDUCAÇÃO”

Professores	Vagas
Caroline Trapp de Queiroz	02
Conceição Firmina Seixas Silva	02
Dilton Ribeiro do Couto Junior	01
Juliana de Moraes Prata	02
Liana Garcia Castro	02
Ligia Maria M. L. Leão de Aquino	02
Lisandra Ogg Gomes	01
Luís Paulo Cruz Borges	02
Rita Ribes Pereira	01
Walter Omar Kohan	01
TOTAL	16

LINHA LP4 “INSTITUIÇÕES, PRÁTICAS EDUCATIVAS E HISTÓRIA”

Professores	Vagas
Denise Medina França	01
Evelyn de Almeida Orlando	02
José Gonçalves Gondra	01
Lia Ciomar Macedo de Faria	01
Paula Leonardi	02
Sônia de Oliveira Camara Rangel	01
TOTAL	08



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

LINHA LP9 “CURRÍCULO: SUJEITOS, CONHECIMENTO E CULTURA”

Professores	Vagas
Diogo Bogéa	02
Nataly da Costa Afonso	02
Raquel Goulart Barreto	01
Rita de Cássia Prazeres Frangella Gomes	01
Rosanne Evangelista Dias	01
TOTAL	07

LINHA LP10 “GÊNERO, RAÇA E INTERSECCIONALIDADES”

Professores	Vagas
Alexandra Lima da Silva	01
Fernando Altair Pochay	01
Gabriel Siqueira Corrêa	01
Janaína Moreira Pacheco de Souza	02
Stela Guedes Caputo	01
Virginia Cecilia da Rocha Louzada	01
TOTAL	07

TOTAL GERAL DE VAGAS	63
-----------------------------	-----------

ANEXO III

QUADRO DE COORDENADORES DE PROJETO COM DISPONIBILIDADE PARA RECEBER AS VAGAS (02) SUPRANUMERÁRIAS OFERECIDAS.

LINHA LP1 “COTIDIANOS, REDES EDUCATIVAS E PROCESSOS CULTURAIS”

Coordenadores
Ana Karina Brenner
Gustavo Coelho

LINHA LP3 “INFÂNCIA, JUVENTUDE E EDUCAÇÃO”

Coordenador
Luis Paulo Cruz Borges

LINHA LP9 “CURRÍCULO: SUJEITOS, CONHECIMENTO E CULTURA”

Coordenadores
Diogo Bogéa
Raquel Goulart Barreto
Rita de Cássia Prazeres Frangella Gomes
Rosanne Evangelista Dias

LINHA LP10 “GÊNERO, RAÇA E INTERSECCIONALIDADES”

Coordenadora
Alexandra Lima da Silva

ANEXO IV

LISTA DE PROJETOS DE PESQUISA DOS PROFESSORES ORIENTADORES

LINHA LP1 “COTIDIANOS, REDES EDUCATIVAS E PROCESSOS CULTURAIS”

COORDENAÇÃO: Aldo Victorio Filho

CAMINHOS E DESCAMINHOS DAS ARTES NA EDUCAÇÃO: DAS ESCOLAS ÀS UNIVERSIDADES E DAS UNIVERSIDADES ÀS ESCOLAS

Considerada a proeminência dos apelos estéticos que emolduram, ressignificam e mediam grande parte das interações sociais contemporâneas, o universo da cultura visual e seus crescentes canais de assédio e sedução afirmam relevância crescente. Relevância, sobretudo, na dimensão formativa das novas gerações, competindo drasticamente com os canais convencionais de formação, notadamente, as escolas. Face a tais desafios, a participação das artes na educação formal demandaria novos contornos, na medida em que as aulas de artes são os espaços e tempos dedicados e vocacionados à iniciação dos indivíduos nos processos de fruição e crítica do universo poético, estético e artístico. Universo que também é fonte de inspiração e recurso aos fluxos sedutores do mercado, não só visando o consumo material, mas, também a incorporação de ideias, princípios e convicções, nem sempre em consonância com a finalística da educação. Portanto, o objetivo do projeto é contribuir com o panorama atual da participação das artes no ensino formal por meio de problematizações dos aspectos pedagógicos, políticos e culturais implicados neste campo curricular específico. Assim, investimos na catalisação e enrendamento de pesquisas no âmbito das práticas escolares e da formação docente em artes; rede que venha a constituir percepções alargadas e aprofundadas do estado da arte no ensino da arte atual. Interessa a prospecção investigativa nas áreas centrais à temática, das linguagens artísticas tradicionais - música, artes visuais, teatro e dança – à Cultura Visual na formação escolar e seus efeitos meio às interações sociais e culturais como as ações de afirmações étnica, de gênero e das minorias. Interações determinantes na formação humana e que atravessam as localidades de origem e trânsito das populações escolares, estudantes, docentes e demais trabalhadores.

COORDENAÇÃO: Alexandra Garcia

CARTOGRAFANDO PRODUÇÕES CURRICULARES E PROCESSOS FORMATIVOS: SABERES E AFETOS QUE MOVEM AS ESCOLAS EM NARRATIVAS DOCENTES

A pesquisa insere-se na área de currículo, cotidiano e formação de professores, prosseguindo com estudos dos processos formativos e produções curriculares com docentes da Educação Básica e licenciandos. Problematiza diretrizes curriculares voltadas para a Educação Básica e para a Formação de Professores entendendo que os desafios enfrentados cotidianamente por docentes e escolas são atravessados por efeitos das desigualdades sociais e pelas marcas da colonialidade. Considera que tais contextos interrogam os currículos e os processos formativos, somando-se às implicações da intensificação do controle sobre escolas e professores no bojo de processos de padronização e centralização curricular que reforçam epistemicídios. A partir da articulação entre pesquisa-extensão e resultados de investigações anteriores, objetiva-se avançar no estudo de experiências e propostas que operem princípios de horizontalidade, dialogicidade e produção mais coletiva e solidária dos saberes docentes, apontando caminhos para desconstruir representações demeritórias sobre escola e docência. Busca ampliar estudos sobre as interfaces entre processos formativos e produção curricular para pensar os saberes e fazeres docentes em sua continuidade e complexidade, atendo-se, nessa fase, aos aspectos relacionados à potência dos afetos, do coletivo e do feminino na composição de formas de resistência como existência cotidiana das escolas. Recorre a estudos no campo dos currículos, cotidianos, formação de professores e decolonialidade, articulados à noções do pensamento spinozano e contribuições do feminismo decolonial. A

metodologia apoia-se no campo das pesquisas com os cotidianos e da cartografia, como formas de acompanhar processos, incluindo rodas de conversa e produção de narrativas que mobilizam redes de saberes entre professores e com licenciandos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Como resultados espera-se ampliar o mapeamento e a análise da produção curricular e dos processos formativos; apontar contribuições de espaços sistemáticos de diálogos e de formação compartilhada na produção de fazeres e saberes docentes, bem como de espaços coletivos de negociações políticas e epistemológicas dos currículos; compor registros de práticas e saberes vinculados à potência dos coletivos e do feminino na docência; fortalecer o diálogo entre escolas e universidade; contribuir para a descolonização dos currículos e para a valorização do magistério.

COORDENAÇÃO: Ana Karina Brenner

ARQUIVOS E IMAGENS EM MOVIMENTO: REVISITANDO ‘JOVENS FORA DE SÉRIE’ E AS REPRESENTAÇÕES FÍLMICAS DE MIGRAÇÃO E REFÚGIO

O grupo de pesquisa Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UERJ tem se dedicado a compreender as relações entre jovens em espaços-tempos educativos (processos culturais e de escolarização, redes sociais e contextos comunitários). As narrativas (auto)biográficas associadas ao uso de dispositivos de imagens como suporte às entrevistas têm sido a abordagem principal para buscar compreender processos de individuação de jovens em contextos de escolarização – no ensino médio regular e na modalidade Educação de Jovens e Adultos -, de ação coletiva e engajamento político de jovens bem como em contextos de migração ou refúgio. Atualmente as ações de pesquisa do grupo se dividem em duas iniciativas complementares. Uma delas trata de revisitar os arquivos de imagens e sons da pesquisa “Jovens Fora de Série” para novas análises, especialmente considerando as mudanças sociais e educacionais recentes. A pesquisa se realizou em momento que hoje pode ser compreendido como limiar de transformações profundas da sociedade brasileira, ainda não perceptíveis no momento de realização da pesquisa. A percepção atual permite lançar novos olhares e novas possibilidades de compreensão daquele material em diálogo com a situação e condição atual da juventude brasileira e dos processos de escolarização na EJA. A outra iniciativa busca conhecer “imagens migrantes” na produção fílmica recente disponível em plataformas de streaming largamente acessadas no Brasil.

COORDENAÇÃO: Denize de Aguiar Xavier Sepulveda

A LAICIDADE DO ESTADO E DA EDUCAÇÃO: A VALORIZAÇÃO DAS DISCUSSÕES SOBRE GÊNEROS E SEXUALIDADES NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Essa pesquisa tem como objetivo mapear o que se produz sobre o tema da laicidade e sua relação com as questões dos gêneros e sexualidades nas escolas públicas brasileiras. Para isso, optamos em trabalhar na base de dados do Observatório da Laicidade na Educação (OLÉ), da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, local onde se disponibiliza textos, artigos, dossiês temáticos, dissertações e teses sobre a temática da laicidade e alguns poucos relacionados com as questões de gêneros e sexualidades. Portanto, nesta pesquisa interagimos com a produção desse observatório, no qual estabelecemos uma parceria interinstitucional. Assim, iniciamos esse trabalho em 2021/2022 analisando a aba da página intitulada “Biblioteca”, nos links: “Textos disponíveis na internet”, “Dossiês Temáticos Sobre Laicidade” e “Bancos de Teses”. Em seguida, 2023/2024, mapeamos dissertações e teses sobre a laicidade na escola pública e sua relação com as questões de gêneros e sexualidades no banco de teses da CAPES e ficamos responsáveis por alimentar a nova aba da página do OLÉ. No atual momento, estamos dando continuidade a essa investigação, com foco em novos artigos em dossiês nas principais revistas de educação do Brasil, principalmente nas que possuem os Qualis A1, A2, A3 e A4, para alimentar com novas produções o link que foi criado sobre laicidade, gêneros e sexualidades no banco de dados do OLÉ. Todas essas ações são fundamentais para a ampliação desta pesquisa e para a construção de uma escola laica e democrática que respeite as diferenças de gêneros e sexualidades.

COORDENAÇÃO: Gustavo Coelho

OS "SEM SENTIMENTOS": A PSICANÁLISE E A EDUCAÇÃO COM SUJEITOS RACIALIZADOS E MARGINALIZADOS

Identificando como um dos efeitos da marginalização na subjetividade, o roubo da palavra íntima, a asfixia da fala singular que fuja do estreito repertório de discursos que já os precedem e já os condenam, há cerca de cinco anos desenvolvemos oficinas em contextos variados com pessoas que, ou tenham passado pelo sistema penal, pelo socioeducativo, ou estejam efetivamente neles. Por percebermos que, de algum modo, a segregação faz-se na fala do sujeito identificado ao estigma como um todo rígido, ou seja, que resiste-se com determinação às oscilações próprias daquilo que nos compõe mas que não tem bem um contorno nítido, daquilo que é uma espécie de alteridade em nós, portanto marca da ética na relação com o outro, fizemos dessa percepção o motivo para uma série de atividades com direção psicanalítica com jovens internos no sistema socioeducativo e com jovens e adultos em semiliberdade ou já livres mas que carregam a marca da passagem pelo sistema penal, ou ainda em outros contextos periféricos. Este projeto, então, parte de uma expressão, comum de ser anunciada como uma característica “positiva” do criminalizado – o “sem sentimento”. Com uma orientação psicanalítica e retirando consequências do conceito de necropolítica em Mbembe (2014), pretendemos promover o encontro desses sujeitos com suas palavras singulares para o deslocamento de uma posição alienada aos discursos vigentes, no sentido de investigar como as subjetividades marcadas pela identificação como “matável” se divorciam falsamente de seus sentimentos, se fixando numa suposta frieza monstruosa que, em vida, facilita o convívio com sua morte enquanto que iminente. Trata-se, portanto, de um projeto que acolhe pesquisas em psicanálise e educação interessadas na investigação das subjetividades em contextos onde a marginalidade e a racialização operam como marcas no corpo, da nossa história colonial. Com a ética da psicanálise, portanto, ou seja, através da fala e da escuta, pretendemos estudar as enunciações singulares que fissuram o bloco monolítico do estigma, ou seja, das identificações e sintomas.

COORDENAÇÃO: Leonardo Nolasco-Silva

CONTAR-SE NA CIBERCULTURA EM TEMPOS DE INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS: MASCULINIDADES, AUTOFICÇÃO E PRODUÇÃO ARTÍSTICO-CULTURAL COMO PRÁTICA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

O projeto “Contar-se na cibercultura em tempos de Inteligências Artificiais: masculinidades, autoficção e produção artístico-cultural como prática de pesquisa em Educação” investiga como homens narram a si mesmos nas redes sociais, em plataformas como YouTube, Instagram e X, entre 2026 e 2028. Interessa analisar relatos autobiográficos ou performáticos em primeira pessoa que tenham produzido repercussão pública, compreendendo-os como práticas contemporâneas de escrita de si e autoficção nas quais palavras, imagens, sons e Inteligências Artificiais operam como próteses e extensões corporais na produção e reinvenção de estéticas de masculinidade. Inserida no campo das pesquisas com os cotidianos, a investigação realizará cartografia online de narrativas públicas, privilegiando aquelas que mobilizem debates sobre masculinidades e evidenciem o uso de dispositivos algorítmicos, filtros, avatares, aplicativos e sistemas de recomendação. O objetivo não é reconstruir biografias, mas problematizar regimes narrativos e modos de fabulação que produzem subjetividades na cultura digital. O material será trabalhado por meio da técnica do “praticantepensante” alegórico, que permite a construção de personagens conceituais a partir da colagem e reorganização temática de narrativas públicas, assegurando anonimato e deslocando o foco da identificação individual para a dimensão estética e analítica. As Inteligências Artificiais serão examinadas tanto como dispositivos que modulam visibilidade, desejo e circulação quanto como ferramentas de experimentação artístico-cultural. Como desdobramento metodológico, parte das narrativas será transposta para produções audiovisuais e dramáticas, ampliando as formas de circulação científica e tensionando as fronteiras entre pesquisa acadêmica e criação artística. Espera-se contribuir para o debate educacional sobre masculinidades, tecnologias digitais e cultura

algorítmica, articulando referenciais como Foucault e Deleuze a perspectivas interseccionais e a autoras e autores do Sul Global que problematizam colonialidade, raça, corpo e tecnologia.

COORDENAÇÃO: Luciana Bandeira Barcelos

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESCENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: ENTRE O FINANCIAMENTO, A GESTÃO E O CONTROLE SOCIAL

O atual projeto de pesquisa é desenvolvido no campo da educação de jovens, adultos e idosos (EJA), direito público subjetivo, modalidade da educação básica, compreendida como formação humana que, por ser humana, é ininterrupta, inacabada e se estende em um *continuum* de aprendizados ao longo da vida. Abrange processos relacionados à pluralidade dos cotidianos, envolvendo pessoas jovens, adultas e idosas como sujeitos ativos criadores de si e do mundo, imersos na vida adulta e em pleno exercício de cidadania, em suas múltiplas formas de existência/resistência e admite projetos relacionados a essa perspectiva. Os objetivos da pesquisa atual se inscrevem no campo do financiamento da EJA, da gestão democrática e da participação e controle social. Visam compreender efeitos de políticas públicas de descentralização financeira em unidades escolares municipais e estaduais existentes na cidade do Rio de Janeiro que ofertam a modalidade EJA, em modo exclusivo ou não, em modelo presencial e semipresencial. Intenciona, assim, investigar práticas de participação, de gestão democrática e controle social para gerir financeiramente as unidades, nos termos legais que regulam o financiamento, visando compreender como acontece a gestão de recursos no cotidiano escolar, envolvendo o público que atendem — pessoas jovens, adultas e idosas - cidadãos, segundo a Constituição Federal de 1988. Intenciona, ainda, verificar se e como esse público realiza o controle social de recursos destinados à educação, e de quaisquer outros que possam emergir durante o estudo, originários de programas da esfera federal e de descentralização financeira de esfera estadual e/ou municipal que, além do financiamento, envolvem o exercício da gestão democrática, da participação e do controle social, especialmente tratando de singularidades do público a que atendem. O projeto organiza-se como investigação de natureza quantiquantitativa, e pretende alcançar escolas cujos critérios de seleção serão definidos posteriormente, a partir de dados do IBGE sobre demanda potencial de EJA; de dados do censo escolar e georreferenciais. A questão-síntese da pesquisa pode ser assim traduzida: que impactos as políticas públicas de descentralização financeira produzem em unidades escolares de EJA, no tocante à autonomia escolar e a condições de oferta de escolarização para jovens, adultos e idosos? PALAVRAS-CHAVE: educação de jovens, adultos e idosos; financiamento da educação de jovens, adultos e idosos; política pública de descentralização financeira, participação, controle social.

COORDENAÇÃO: Luís Thiago Freire Dantas

"COISA DA PELE": CONTRIBUIÇÕES FILOSÓFICAS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Este projeto estabelece um diálogo entre duas áreas – a Filosofia da Educação e a Educação das Relações Étnico-Raciais – para investigar como os processos educativos e filosóficos são moldados por uma “gramática racial da modernidade”, conceito desenvolvido por Denise Ferreira da Silva para explicar como a ideia de raça foi construída a fim de justificar hierarquias e exclusões. A pesquisa apoia-se em pensadores como bell hooks, Achille Mbembe e Lélia Gonzalez para compreender como o racismo e a colonialidade influenciam a formação humana, tanto no plano epistemológico – marcado pela deslegitimação de saberes não ocidentais – quanto no plano ontológico – expresso na negação de humanidade a grupos não brancos. O estudo questiona a noção de um conhecimento “universal” neutro, demonstrando que ele frequentemente reflete visões da branquitude que marginalizam culturas negras, indígenas e outras tradições. Essa pesquisa arvora-se nas expressões culturais como o Samba, o Rap e outras, a fim de revelá-las como espaços formativos que preservam e transmitem alternativas de conhecimento, resistindo à dominação colonial. Assim, a pesquisa objetiva compreender como a modernidade, ao forjar a

cultura humana sob a influência da “gramática racial”, reproduz mecanismos sociais e culturais de escolarização que reforçam narrativas hegemônicas, marginalizando ou apagando as vozes, experiências e memórias dos grupos subalternizados.

COORDENAÇÃO: Mailsa Carla Pinto Passos

RELAÇÕES DIALÓGICAS EM PESQUISA: ARTE, LINGUAGEM E CONHECIMENTO PARA UMA COMPREENSÃO DAS POPULAÇÕES AFRODIASPÓRICAS

O pesquisa intitulada “Relações dialógicas em pesquisa: arte, linguagem e conhecimento para uma compreensão das populações afrodiaspóricas” tem como objetivo principal compreender como pesquisas desenvolvidas ao longo de quase 20 anos de trabalho no Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ (PROPed/UERJ), pelo Grupo de Pesquisa Culturas e Identidades no Cotidiano - pesquisas estas que têm se debruçado sobre os repertórios culturais de populações afrodiaspóricas no campo de estudos dos Cotidianos - vêm se atualizando. Para isso a pesquisadora propõe colocar-se em diálogo com o trabalho de pesquisa, docência e extensão de egressos do grupo que hoje são professoras/professores de universidades públicas em diversos estados do Brasil (UFPI, UEMASUL e FEBF/UERJ), professoras que desenvolvem projetos pedagógicos relacionados às questões etnicorraciais em duas Secretarias Municipais de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SME do Rio de Janeiro e de Niterói), e um professor da Universidade Rovuma, em Nampula, Moçambique. Tendo como recursos metodológicos as narrativas e a linguagem da arte, a ideia é compreender como conceitos e categorias discutidos no grupo no período de formação, vêm se atualizando nas ações dos egressos. Como conceitos, clássicos ao grupo, mantêm sua força nos trabalhos desses educadores e educadoras em seus estudos atuais e que outros podem ter emergido como pistas para a renovação do debate. Interessa-nos compreender como nosso trabalho emerge a partir do trabalho desses egressos, mas também no que suas práticas nos convidam a repensar o trabalho do grupo de pesquisa. Para tanto propomos, aulas conjuntas, leituras compartilhadas; oficinas de literatura e arte, seminários, em formato remoto e/ou presencial.

COORDENAÇÃO: Maria da Conceição Silva Soares

ONDA COREANA E EDUCAÇÃO: K-DRAMAS, APROPRIAÇÕES POR DOCENTES/DISCENTES E ATRAVESSAMENTOS NOS CURRÍCULOS CRIADOS NOS/COM OS COTIDIANOS DENTROFORA DAS ESCOLAS E DE CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORAS

A Hallyu, como é conhecida a onda coreana, está consolidada em todo o mundo e suas origens e expansão têm a ver, entre outros fatores, com investimentos do governo e de empresas privadas da Coreia do Sul em cultura pop. Relaciona-se também com os usos crescentes dos meios de produção e circulação de conteúdos audiovisuais na/com a Cibercultura, seja por produtores ou por usuários comuns. O termo Hallyu, criado na década de 1990, busca abarcar a popularização das produções culturais sul coreanas e seus efeitos em vários países que compõem o mercado global de consumo da indústria cultural, inclusive o Brasil. Trata-se, portanto, da conveniência da cultura como recurso, conforme propôs George Yúdice, para finalidades diversas e, principalmente, como diferenciação e moeda de troca no mercado global. Tal fenômeno não pode ser pensado sem que sejam consideradas as características contemporâneas do capitalismo, as quais, além da movimentação de capital financeiro, se concentram na circulação de bens, serviços e informação. Entre os produtos sul coreanos lançados no mercado internacional destacam-se filmes, novelas/séries (k-dramas), músicas (entre elas as trilhas sonoras originais dos dramas – denominadas como OST, Original Sound Track), livros, jogos, turismo, cosméticos, moda e alimentos, assim como aqueles cuja percepção é mais sutil, tais como padrões de beleza, comportamentos, significações e valores. Nas pesquisas que nos propomos a desenvolver com os cotidianos das redes educativas e culturais dentrofora das escolas e de contextos de formação de professoras nos ocuparemos da recepção de filmes e de k-dramas, focando nas suas pedagogias culturais, nos mecanismos empregados para a popularização e nos modos pelos quais eles são

apreendidos por discentes e docentes da educação básica e de cursos de Pedagogia. Buscamos compreender o que eles fabricam com os usos que fazem do que lhes é oferecido e imposto, produzindo com suas práticas outras coisas, informadas por outros interesses e outros desejos, conforme nos indica Michel de Certeau. O Brasil é um dos maiores mercados consumidores dessas produções segundo informações dos serviços de streaming que as exibem e, às vezes, coproduzem, tais como a Netflix, a Rakuten Viki e a Kokowa. Com o crescimento do consumo, outras plataformas passaram a investir no mercado brasileiro, entre elas a Disney, a Star+, a Amazon Prime, a HBO Max e a Bandplay. Para além disso, tais produções povoam as redes sociais na Internet através de aplicativos como o Instagram, o Facebook, o Tik Tok, o Telegram e diversos fansubs (grupos de fãs que, em concorrência com as ofertas comerciais, distribuem legendas e/ou obras). Trata-se, portanto, de operações de usuários que as citam, divulgam, comentam, compartilham e exibem. Dessa forma, dramas sul coreanos entram nas escolas sem pedir licença, produzindo atravessamentos nos currículos tecidos em redes (Nilda Alves). Nos interessa pensar com estudantes e professores que consomem tais produções os usos que fazem delas e a resignificação que operam criando sempre diferença em relação aos endereçamentos, aos comportamentos, aos hábitos, à tradição, aos valores, aos descentramentos culturais, aos padrões de beleza, de masculinidade e de feminilidade, às concepções sobre educação e sobre tecnologia, como também em relação à outras questões sociopolíticas agenciadas, tais como o preconceito contra asiáticos, a desinformação sobre a história e a geografia do extremo oriente, o gênero e a sexualidade, o capacitismo, o suicídio entre jovens e a competitividade nas escolas. A pesquisa pretende ainda pensar os processos de subjetivação que se engendram com essa prática de uso e resignificação e os processos curriculares criados, partindo da premissa que os currículos são tecidos no entrecruzamento de diferentes redes de significações que emergem em/com os múltiplos contextos vividos, entre eles os usos das mídias (Nilda Alves). Trabalharemos com o aporte teórico das Pesquisas com os Cotidianos, dos Estudos Culturais, dos estudos das Audiovisualidades (imagens e sons), dos estudos da Cibercultura, dos estudos sobre Gênero e das teorias de Currículo. Como procedimentos metodológicos, realizaremos observações participantes em cotidianos escolares e de cursos de formação, análises de filmes e de k-dramas, conversas e análise/produção de comentários e debates nas redes sociais por meio de diversos aplicativos, bem como o que mais surgir como possibilidade no decorrer do processo, produzindo, dessa forma, os dados que irão compor o corpus da pesquisa.

COORDENAÇÃO: Rosemary dos Santos

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA CIBERCULTURA E SUA ARTICULAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SÓCIOTÉCNICOS, ÉTICOS, ESTÉTICOS, POLÍTICOS E CULTURAIS MEDIADOS POR TECNOLOGIAS DIGITAIS EM REDE [2025-2028]

Este projeto pretende investigar como os movimentos sociotécnicos, éticos, estéticos, políticos e culturais em suas múltiplas linguagens podem inspirar práticas docentes em redes educativas contribuindo para a formação de professores na atual fase da cibercultura. Pretende contribuir para a criação de políticas públicas de Educação e micropolíticas cotidianas de invenções curriculares, criando metodologias de pesquisa e projetos de ensino e aprendizagem que aproximem os currículos escolares e universitários das práticas comunicacionais da Cibercultura. Optamos epistemológica e teoricamente pelas Pesquisas com os Cotidianos por contemplarem como campo de pesquisa os espaços de atuação do professor-pesquisador. Como dispositivos de pesquisa, lançamos mão de oficinas, interações nas redes sociais, criação de softwares, usos de AVAS. Dispositivos que revelam a formação do formador na cibercultura forjando outros espaçostempos de pesquisa acadêmica e de produção de múltiplas linguagens, articulando as interfaces escola-cidade-universidade-ciberespaço, estabelecendo outros sentidos para a prática pedagógica e para a pesquisa acadêmica nas diversas redes educativas.

A pesquisa prevê como resultados:

a) privilegiar a docência e as novas redes educativas;

- b) pensar a formação de professores na cibercultura, do ponto de vista das pesquisas dos cotidianos das práticas pedagógicas e da própria pesquisa acadêmica;
- c) contribuir com a formação dos professores da Educação Básica e com a produção científica no campo da Educação nas áreas de periferias urbanas;
- d) hipermedializar, hipertextualizar, remixar e compartilhar o conhecimento científico como um novo modo do fazer científico na contemporaneidade e
- e) sistematizar a criação de ambiências formativas articulando o espaço da universidade através das tecnologias digitais em rede criando redes de docência e aprendizagem;

LINHA LP2 “EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PROCESSOS EDUCACIONAIS”

COORDENAÇÃO: Annie Gomes Redig

PROJETO 1: POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESENHOS PARA IMPLEMENTAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Embora o Brasil possua um arcabouço normativo significativo no campo da educação inclusiva, pesquisas apontam que a existência de políticas, por si só, não garante a efetivação da inclusão escolar de pessoas com deficiência. Sendo assim, este estudo tem como objetivo geral analisar a elaboração e a implementação de políticas públicas de educação inclusiva nas redes de ensino do Estado do Rio de Janeiro. Os objetivos específicos consistem em: 1) identificar as políticas de educação inclusiva vigentes nas redes públicas do estado; 2) compreender como tais políticas abordam as práticas pedagógicas inclusivas; e 3) planejar e realizar formação continuada em serviço para o desenvolvimento de práticas pedagógicas contextualizadas. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa baseada nos pressupostos da pesquisa-ação, estruturada em duas etapas: a primeira, voltada à análise dos dispositivos legais; e a segunda, à observação do campo prático, somada à proposição de formação docente em serviço. Espera-se que os resultados contribuam para o aprimoramento das práticas pedagógicas dos professores e sirvam de referência para futuras investigações no campo da Educação Especial.

PROJETO 2: PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E/OU TEA: A REPRESENTATIVIDADE NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA A VIDA INDEPENDENTE

Este projeto faz parte também do projeto Pessoas com deficiência intelectual e/ou TEA: nada sobre nós sem nós. O processo de transição para o momento pós-escola de jovens e adultos com deficiência intelectual e/ou transtorno do espectro autista (TEA) na sociedade contemporânea ainda é um desafio para as escolas brasileiras. Pensar na vida adulta e ativa destes sujeitos é importante para garantir sua real inserção na sociedade, de forma que possam ter uma vida mais independente e autônoma possível. Esse processo deve começar ainda na escola para que as habilidades para a vida independente sejam desenvolvidas. Entretanto, sem o engajamento do sujeito com deficiência intelectual e/ou TEA no processo, essa ação não terá êxito, por isso, é fundamental o desenvolvimento de habilidades de autodeterminação, para que assim, possam ser realmente gestores de suas vidas. Nesse sentido, o presente projeto tem como objetivo analisar o processo de transição para a vida independente no itinerário formativo de jovens e adultos com deficiência intelectual e/ou TEA. Dentro dessa proposta, temos a elaboração do Plano Individualizado de Transição (PIT) em suas diferentes vertentes, como por exemplo, a inclusão no mercado de trabalho, nos espaços da universidade e o sujeito com deficiência intelectual e/ou TEA como

protagonista da sua vida no que tange, principalmente, o desenvolvimento de habilidades de autodeterminação. Para tal, será utilizada como metodologia a pesquisa qualitativa nos pressupostos da pesquisa-ação e com a elaboração de cursos de formação continuada docente, protocolos de aplicação do PIT, além de potencializar a voz dos sujeitos com deficiência intelectual e/ou TEA.

COORDENAÇÃO: Carolina Rizzotto Schirmer

FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATUAREM EM PARCERIA COLABORATIVA NO CONTEXTO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA

Este projeto tem como objetivos gerais: planejar, organizar e implementar um programa de formação inicial e continuada de profissionais para atuarem em rede colaborativa no acompanhamento de alunos com deficiência que necessitam de Tecnologia Assistiva. Para isso, uma pesquisa interventiva será conduzida com os profissionais da rede pública de educação e saúde, graduandos de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e alunos com deficiência que são acompanhados pelos profissionais. O estudo será desenvolvido no Laboratório de Tecnologia e Comunicação Alternativa – LATECA e sala Leila Nunes, ambos na Faculdade de Educação da UERJ. Os instrumentos utilizados serão: questionário, roteiro de entrevista semi-estruturada, diário de campo, roteiro de plano de observação e estruturação para o trabalho. Os materiais utilizados serão: recursos de Tecnologia Assistiva e Comunicação Alternativa adquiridos e desenvolvidos pelos profissionais em formação inicial e continuada, livros e jogos, câmera digital, filmadora e audiogravadores digitais, assim como computadores/notebooks, plastificadora e impressoras. Nas entrevistas, serão sempre enfatizados os aspectos subjetivos dos participantes, sua visão de mundo. A utilização de várias fontes, instrumentos e estratégias de coleta de dados permitirá a triangulação dos dados. Os procedimentos metodológicos envolvem: a) aplicação de questionário aos profissionais; b) entrevistas com os graduandos, profissionais de educação e saúde; c) oferta de um programa tendo como abordagem a Metodologia da Problematização e desenvolvimento de atividades de ensino pelos graduandos e profissionais junto aos alunos com deficiência e d) filmagem desses atendimentos.

COORDENAÇÃO: Cátia Crivelenti De Figueiredo Walter

VAMOS CONTINUAR CONVERSANDO: FORMAÇÃO CONTINUADA NO USO DO PECS-ADAPTADO NO CONTEXTO ESCOLAR

As dificuldades de comunicação pelos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) são apontadas como um grande desafio pelos professores do ensino regular. O presente tem como objetivo geral propor um curso de formação continuada a professores da rede regular de ensino no uso da Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), por meio de Dispositivos Geradores de Fala (DGF) associado ao programa PECS-Adaptado. Também pretende-se avaliar os efeitos do programa de formação e como os professores se apropriam do conhecimento aplicando o programa em seus alunos com TEA, que apresentam necessidades complexas de comunicação (NCC) no contexto escolar. O projeto é continuidade do projeto PROCENCIA edital 2023, e tem como objetivos secundários desenvolver um Recurso Educativo Digital (RED) e um Recurso Educativo de Aprendizagem (REA) por meio digital e oferecer o curso de formação em CAA, especificamente no uso do PECS-Adaptado para 20 professores das diferentes regiões do Brasil. As etapas do projeto ocorrerão na seguinte formatação: 1) Criação do curso de formação continuada por meio do

Recurso Educativo Digital (RED) disposto em uma plataforma de aprendizagem digital (REA), contendo todos os módulos e material para leitura e exercícios práticos; 2) Aplicar estratégias de autoscopia que consiste em auto-filmagem, onde os professores serão orientados nas fases do PECS-Adaptado; 3) Aplicação do PECS-Adaptado associado ao DGF com 5 alunos com TEA, inseridos na sala de aula regular. Com os alunos será realizado um estudo quase-experimental intrassujeito, do tipo A-B, correspondendo às etapas de linha de base e intervenção, para verificar os comportamentos comunicativos. As sessões serão gravadas e registrados os níveis de suporte e independência necessários em cada fase do PECS-Adaptado. Pretende-se com o presente projeto avaliar as necessidades comunicativas dos professores frente ao desafio de ensinar alunos com TEA no contexto escolar, oferecer aprofundamento específico no uso da CAA e verificar seus efeitos nos comportamentos comunicativos dos alunos com TEA, como vocabulário expressivo, intenção comunicativa e engajamento em atos comunicativos com seus pares e professores.

COORDENAÇÃO: Cristina Angélica Aquino De Carvalho Mascaro

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE MEDIADO POR TECNOLOGIAS PARA ALFABETIZAÇÃO: UMA PROPOSTA FORMATIVA COM DOCENTES PELO VIÉS DA PESQUISA-AÇÃO.

O estudo se insere na temática da produção de conhecimento sobre processos de alfabetização e letramento de jovens, adultos e idosos com deficiência intelectual. Intenciona-se investigar, por meio de uma abordagem qualitativa, no desenho da pesquisa-ação, uma prática de Atendimento Educacional – AEE mediado por tecnologias para o alfabetamento de jovens, adultos e idosos com deficiência intelectual. O objetivo geral da pesquisa é consolidar o conhecimento relacionado às práticas pedagógicas contemporâneas sobre processos de alfabetização e letramento de jovens e adultos com deficiência intelectual. Tendo como objetivos específicos: Elaborar uma revisão de escopo sobre a alfabetização do estudante com deficiência intelectual (produção de artigos). Investigar metodologias ativas embasadas na mediação tecnológica. Sistematizar uma proposta de formação com docentes que atuam no Atendimento Educacional Especializado voltada para o ensino de habilidades de leitura, escrita e seu uso social para jovens, adultos e idosos com deficiência intelectual, ou alguma necessidade educacional específica. Acompanhar o processo de elaboração conceitual relacionado a alfabetização de jovens, adultos ou idosos, a partir da proposta específica do Atendimento Educacional Especializado – AEE por meio de curso de formação com docentes. Espera-se contribuir com a produção acadêmica voltada para o processo de inclusão de pessoas com deficiência intelectual.

COORDENAÇÃO: Flávia Barbosa da Silva Dutra

ACESSIBILIDADE EM ESPAÇOS FORMAIS E NÃO FORMAIS DE EDUCAÇÃO COM ÊNFASE NO ESPORTE E NO LAZER.

Contemplar a acessibilidade nos espaços formais e não formais de educação contribui para novos caminhos a serem percorridos pela pessoa com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades. Entendemos que a transposição de barreiras incide numa melhor participação geral em relação ao acesso e permanência às atividades sociais, acadêmicas e laborais. Por isso, a busca e a realização de uma acessibilidade básica são primordiais para mudanças organizacionais no tocante à dissolução de possíveis barreiras existentes. Assim, através das pesquisas desenvolvidas pelo

Laboratório de Inclusão e Diversidade (LID), trabalhamos o tema acessibilidade destacando a formação de recursos humanos e as demandas individuais da pessoa com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades, tanto nas Universidades quanto nos demais ambientes, visando a equidade de condições de participação social nos ambientes de educação formal e não formal, com ênfase no ensino superior, no esporte (desporto e paradesporto) e no lazer.

COORDENAÇÃO: Flávia Faissal de Souza

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA

Ancoradas na Teoria histórico-cultural do desenvolvimento humano, conforme estudos de L.S. Vigotski, em diálogo com a teoria sobre atuação de políticas e sobre interseccionalidade, as pesquisas desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa Educação, Desenvolvimento Humano e Diferenças (GEDH/UERJ-CNPq) têm como foco os processos de escolarização e as condições de desenvolvimento dos alunos com deficiência, considerando os marcadores sociais das diferenças (deficiência, raça, gênero, classe social), as políticas sociais e educacionais internacionais, nacionais e locais.. Atualmente, nossos projetos de pesquisa tem como foco problematizar como as ideias de equidade, de interseccionalidade e de intersetorialidade estão inscritas nas políticas sociais e de educação nacionais, e suas traduções, interpretações e atuações em uma escola pública. Para além do trabalho com documentos, esses projetos de pesquisa são realizados em parceria, de forma colaborativa e coletiva, com escolas redes públicas de ensino da região da Baixada Fluminense.

COORDENAÇÃO: Maria Leticia Cautela de Almeida Machado

PRINCÍPIOS, PROCESSOS E POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO: A DIVERSIDADE NOS MODOS DE ENSINAR E DE APRENDER

Embora os processos de alfabetização exerçam papel estruturante na formação dos indivíduos, os indicadores oficiais nacionais e internacionais sinalizam para a persistência de altos índices de analfabetismo funcional no Brasil, especialmente entre sujeitos oriundos de segmentos sociais historicamente excluídos. Nesse sentido, o Grupo de Pesquisa Linguagens, Alfabetização e Interseccionalidade (GpLAI) tem vocação acadêmica e se dedica à formação crítica qualificada nos campos da Formação Docente e das Políticas Públicas de Educação voltadas para a Alfabetização e a Formação de Leitores e Escritores. Assim, as pesquisas desenvolvidas no âmbito do GpLAI, ancoradas na perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano, em diálogo com a concepção enunciativa-discursiva de linguagem e de alfabetização, concentram esforços em: a) Produzir teorias aplicáveis à descrição e análise de comportamentos manifestos no transcurso dos processos individuais de desenvolvimento e aprendizagem da língua oral, língua escrita e outras formas de linguagem; b) Discutir a experiência curricular docente para a formação de leitores e escritores, considerando a complexidade das linguagens e dos modos de representação do conhecimento; c) Analisar as Políticas de Alfabetização, bem como propor princípios e estratégias pedagógicas que contemplem as experiências formativas humanas como processos híbridos e em constante revisão. Busca-se, portanto, relacionar aspectos teóricos e práticos dos processos de elaboração e interação com a cultura escrita, identificando subsídios para práticas pedagógicas autorais, diversificadas e contextuais, que atendam aos princípios de Interculturalidade e Inclusão

Social. O GpLAI busca realizar seus projetos em parceria, de forma colaborativa e coletiva, envolvendo institutos e escolas das redes públicas de ensino do Estado do Rio de Janeiro.

COORDENAÇÃO: Thatyana Machado Silva

ENTRE OLHARES E PRÁTICAS: AUTOSCOPIA E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE FRENTE ÀS NECESSIDADES COMPLEXAS DE COMUNICAÇÃO

Este projeto de pesquisa investiga como o microensino associado à autoscopia pode contribuir para a constituição de práticas pedagógicas crítico-reflexivas e acessíveis na formação inicial de professores. O estudo parte do reconhecimento de que a escola contemporânea é marcada pela diversidade humana e pela presença crescente de estudantes público-alvo da Educação Especial em classes comuns, especialmente pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e necessidades complexas de comunicação (NCC). Nesse cenário, a pesquisa problematiza a necessidade de uma formação docente que ultrapasse a dimensão exclusivamente teórica e possibilite aos futuros professores experiências práticas, reflexivas e eticamente comprometidas com a inclusão escolar. A fundamentação teórica apoia-se na perspectiva do professor reflexivo, compreendendo a reflexão sobre a prática como elemento central da formação docente. Dialoga ainda com estudos sobre autoscopia, entendendo a videogravação e a auto-observação como dispositivos capazes de favorecer processos de autoavaliação, consciência pedagógica e ressignificação das práticas educativas. A investigação também se ancora nos princípios do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA), concebendo o currículo como um espaço que deve ser planejado desde sua origem para atender à variabilidade dos estudantes, oferecendo múltiplos meios de engajamento, representação e ação/expressão. A metodologia adota a pesquisa-ação como abordagem central, organizada em ciclos de planejamento, ação, avaliação e replanejamento. Inicialmente, os graduandos participam de estudos teóricos sobre DUA, acessibilidade comunicacional e Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA). Em seguida, realizam experiências de microensino e autoscopia, refletindo criticamente sobre suas ações pedagógicas, identificando potencialidades, barreiras e possibilidades de reorganização didática. Posteriormente, os graduandos avançam para intervenções supervisionadas em contextos reais com pessoas com deficiência que apresentam necessidades complexas de comunicação.

COORDENAÇÃO: Suzanli Estef

ACESSIBILIDADE PARA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Nas últimas décadas, seguindo diretrizes internacionais e nacionais, a política de inclusão educacional de alunos com deficiências e outras condições atípicas de desenvolvimento tem se estabelecido em nosso país. A Educação Inclusiva tem como pressuposto básico que as instituições de ensino, desde a educação básica até a pós graduação, estejam estruturadas de forma a acolher e atender a todos os alunos, mas é preciso priorizar práticas pedagógicas que propiciem acessibilidade a uma educação formal efetiva, para aqueles que apresentam diferenças significativas no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. No contexto das ações currículo-pedagógicas, as instituições contemporâneas de ensino precisam contemplar um dos maiores desafios da educação que é a avaliação dos alunos. Por conta da predominante e rígida organização seriada, com conteúdo curricular pré-estabelecido, este processo tem um caráter classificatório e eliminatório. Pois, em última instância o que, de fato, é valorizado é o produto final (nota ou conceito) e não o processo de

desenvolvimento acadêmico do aluno, tampouco a diversidade presente. Ponderando sobre o atual cenário, em que as políticas de inclusão foram implementadas em estruturas organizacionais e curriculares estratificadas, esse projeto tem como objetivo pesquisar e analisar possibilidades pedagógicas que tornem o processo de avaliação acessível a todos os estudantes, com o olhar voltado para personalização de processos dos alunos inseridos na educação básica, cursos profissionalizantes e ensino superior tanto na formação inicial, quanto na pós graduação. A pesquisa é desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, a qual pretendemos ir além da descrição de atividades voltadas para a avaliação da aprendizagem dos estudantes público-alvo da Educação Especial. No caso específico, a problemática é a necessidade de buscar acessibilidade na avaliação da aprendizagem, para esse alunado.

LINHA LP3 “INFÂNCIA, JUVENTUDE E EDUCAÇÃO”

COORDENAÇÃO: Caroline Trapp de Queiroz

INFÂNCIAS MARGINAIS: POLÍTICAS DE PRODUÇÃO DE (IN)EXISTÊNCIA DO OUTRO-CRIANÇA

Este projeto tem por objetivo investigar as infâncias marginais, ou seja, aquelas que são postas à margem de um padrão ao qual não atendem e no qual não cabem. Por sobra, em relação a este ideal, têm de produzir sua existência nas bordas da sociedade, transitando entre a invisibilidade, para a qual esta mesma sociedade converte a barbárie cotidiana, e a visibilidade, na perspectiva da carência - olhar que denuncia o lugar da falta daquilo que supostamente é propício à infância, misturando culpa e caridade na busca de formas de reparação pontuais e egocêntricas. Como resultado desse jogo de empurra pelo qual ninguém se responsabiliza, emerge uma terceira forma de focar a criança que não cabe na infância: como marginal. É justamente essa criança que nos interessa nesta pesquisa, a criança tornada invisível, mas tantas vezes lida como perigosa, acusada de apresentar excessos em relação ao que lhe é esperado – nas concepções de desenvolvimento e de justiça –, desejado – de acordo com as teorias da educação – e destinado – em especial pelas políticas públicas. Uma infância marginal para a qual só se volta a olhar em casos de transgressão – quase sempre a partir de atos triangulados pelo tripé indignação-raiva-revolta – ou seja, na perspectiva corretiva das leis ou da medicina, e que por isso abala as estruturas sociais. Quem são essas crianças? O que nos diz sua condição de marginalidade e marginalização? Que pressupostos emergem de sua presença indesejada? Que fins lhes são reservados pelas políticas que lhes enfocam? E que meios? Que discursos circulam sobre sua existência? Que tensionamentos se estabelecem a partir do encontro com elas? O que é possível dizer sobre as linhas que separam essas crianças das concepções de infância que erigimos enquanto sociedade? Assumindo uma perspectiva de pesquisa declaradamente não-isenta, objetivamos trabalhar a partir de três frentes: a) observando as infâncias marginais que circulam em diferentes espaços da cidade do Rio de Janeiro; b) observando os discursos disseminados pela imprensa quanto às infâncias marginais; 3) produzindo crônicas como parte da metodologia, a fim de registrar e problematizar as observações feitas. Mariele Macé, Saskia Sassen, Judith Butler, Marilena Chaui, Eugène Enriquez, bell hooks, Tassiana Quagliatto, Rita Ribes Pereira, Fabiana Pedreira Gelard e Mikhail Bakhtin são alguns dos autores que nos ajudam na construção das reflexões desta pesquisa.

COORDENAÇÃO: Conceição Firmina Seixas Silva

"HABITAR O MUNDO: INFÂNCIA, PARTICIPAÇÃO E SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA"

O projeto compõe as atividades do grupo Espaço de Estudo e Pesquisa sobre Infância (EEPI), coordenado pela Prof.ª Dra. Conceição Seixas, e se dedica à análise da participação social e política de crianças em diversos contextos – escola, movimentos sociais, periferias e centros urbanos, espaços comunitários, entre outros. Seu objetivo é analisar os caminhos, lutas, tensões e resistências que as crianças criam para participar da vida em comum, os sentidos que dão à sua

ação no mundo e os acordos e alianças que estabelecem para fazer frente ao que consideram injusto nos territórios que habitam. No percurso de se constituírem como sujeitos (isto é, de se subjetivarem), as crianças vão potencializando – em meio aos encontros com as gerações mais velhas, com seus pares e com sua cultura – descobertas, mal-estares, desacordos, perguntas, respostas, encontros, criações diversas... A aposta que se faz, neste projeto, é de que a participação: (1) longe de ser um atributo do sujeito, é de ordem coletiva e comprometida com a transformação social e um mundo justo, (2) se institui, pela criança na convivência com outros sujeitos, no processo de narrar e significar os papéis sociais que assumem, os espaços que habitam e as experiências que constroem, (3) está imbricada em relações de poder e hegemonia, portanto, (4) envolve incessantemente embates, negociações e disputas. O projeto abriga pesquisas que, de forma crítica, tratam da ação da criança em territórios diversos, que acolham as experiências infantis no mundo a partir das perspectivas das próprias crianças e que tensionam a desigualdade social, a miséria global, as injustiças de diversas ordens – como a geracional, levando em consideração a estruturação adultocêntrica do mundo – e as perspectivas normativas e universalistas advindas dos países de Norte global. **Palavras-Chave:** infância; participação; subjetivação política; habitar o mundo.

COORDENAÇÃO: Dilton Ribeiro do Couto Junior

JUVENTUDES E EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE: ENFRENTANDO A HETERONORMATIVIDADE EM TEMPOS DE CIBERCULTURA

O Projeto apresenta como objetivo mais amplo investigar as práticas culturais juvenis mediadas por tecnologias digitais, cartografando estratégias de resistência ao regime heterocentrado. O Projeto apresenta cinco objetivos específicos, enumerados a seguir: 1) Conhecer o papel mediador das tecnologias digitais em rede na constituição de estratégias de resistência no enfrentamento ao regime heterocentrado; 2) Analisar a emergência de discursos LGBTQIA+fóbicos produzidos e compartilhados nas redes sociais da internet e que são dirigidos às/aos jovens que integram as chamadas minorias sociais, de gênero e étnico-raciais; 3) Propor estratégias para fomentar um amplo debate dentro (e fora) da escola que alerte para a necessidade de expor os limites e as contingências do regime heterocentrado; 4) Discutir o compromisso ético-político da educação no enfrentamento às diferentes formas de violências, principalmente aquelas direcionadas às/aos jovens das chamadas minorias sexuais; e 5) Pensar em estratégias para auxiliar na construção de uma educação antissexista, antirracista e anti-LGBTQIA+fóbica. A cartografia online será o método adotado porque se constitui como uma possibilidade de experimentação teórico-metodológica que convida o/a pesquisador/a a analisar os acontecimentos sociais no contexto das dinâmicas ciberculturais. O Projeto convida a olhar com mais atenção para as experiências sociais das/dos jovens que ousam cruzar as fronteiras de gênero e sexo, (re-)existindo por meio da participação em processos colaborativos/interativos com outras/os internautas. Ademais, essas práticas culturais juvenis envolvendo os marcadores de gênero e sexualidade, e que são mediadas por tecnologias digitais, trazem contribuições para o campo educacional no sentido de auxiliar na formulação de estratégias de resistência em prol do enfrentamento de práticas sexistas, LGBTQIA+fóbicas e racistas dentro e fora da escola.

COORDENAÇÃO: Juliana de Moraes Prata

JUVENTUDES NO BRASIL: DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E PADRÕES DE INSERÇÃO A PARTIR DE DADOS DE LARGA ESCALA

O projeto insere-se no campo das Juventudes e da Sociologia da Educação e tem como objetivo analisar como identidades sociais juvenis interseccionadas — classe, raça, gênero, idade e território — configuram padrões diferenciados de desancoragem institucional e inserção educacional nas trajetórias das juventudes brasileiras contemporâneas. Parte-se da hipótese de que esses marcadores operam de forma combinada, estruturando posições sociais específicas que condicionam as possibilidades de inserção, permanência e continuidade nos espaços educativos e

laborais. Do ponto de vista teórico, articula a sociologia da educação de matriz bourdieusiana à perspectiva interseccional, em diálogo com Lélia Gonzalez e com os estudos brasileiros sobre juventude. Metodologicamente, mobiliza bases de dados de larga escala como PNAD, Censo Demográfico, Censo Escolar e *surveys* sobre juventude, que permite construir tipologias interseccionais e revelar configurações que análises unidimensionais não conseguem capturar. A proposta orienta, preferencialmente, pesquisas de mestrado sobre juventude, desigualdades educacionais e processos de escolarização, com interesse em abordagens quantitativas, interseccionais, de políticas ou na articulação escola-trabalho no contexto brasileiro.

COORDENAÇÃO: Liana Garcia Castro

LITERATURA INFANTIL, TEMAS FRATURANTES E EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS EM DIÁLOGO

O projeto de pesquisa “Literatura infantil, temas fraturantes e educação: perspectivas em diálogo” tem como objetivo analisar processos de recepção, circulação e criação de obras de literatura infantil que abordam temas sensíveis, como morte, guerra, violência, sexualidade e racismo, investigando suas relações com os processos educacionais a partir do diálogo entre perspectivas de crianças e adultos. Desenvolvido desde 2025 no âmbito do Laboratório de Educação, Infância e Arte (LEIARTE-UERJ), o estudo fundamenta-se na perspectiva teórica de Mikhail Bakhtin, compreendendo a linguagem como constitutiva das interações sociais e da produção de sentidos sobre infância, literatura e educação. De abordagem qualitativa, a pesquisa prevê rodas de leitura e entrevistas individuais e coletivas com crianças, familiares, professoras/es, estudantes de Pedagogia e autoras/es de literatura infantil. Espera-se que os resultados contribuam para a problematização das concepções de infância, literatura e educação presentes nas narrativas e práticas dos participantes, além de oferecer subsídios para políticas públicas voltadas à qualidade das obras literárias destinadas às crianças e à formação docente.

COORDENAÇÃO: Ligia Maria M. L. Leão de Aquino

EDUCAÇÃO INFANTIL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: POLÍTICAS E PRÁTICAS PARA A INFÂNCIA.

O presente projeto é um desdobramento do projeto anterior, Unidade de Educação Infantil Universitária: Políticas e Práticas para a Infância em diálogo com o Ensino, a Pesquisa e a Extensão [2018-2021], visando compreender o papel das Unidades de Educação Infantil em Instituições Acadêmicas quanto a sua atuação em pesquisa – ensino – extensão na produção do conhecimento sobre a infância e a educação infantil. Busca-se ainda identificar como o conhecimento produzido a partir dessas unidades se relaciona com as funções precípuas de suas Instituições. Até 2021 as pesquisas por mim desenvolvidas tinham como lócus de investigação as Unidades Universitárias de Educação Infantil, entretanto, nesse novo período que se inicia, o foco se dedica às unidades da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – Rio de Janeiro, de modo a ampliar os estudos realizados até aqui sobre as Unidades Universitárias de Educação Infantil (UUEI). Busca-se considerar mais um tipo de instituição acadêmica, que se caracteriza pelas funções de ensino, pesquisa e extensão. As investigações que temos desenvolvido em nosso Grupo de Pesquisa, desde 2010, sobre as UUEI, permitiram compreender a relevância destas que, para além do atendimento às crianças de 0 a 5 anos, têm funcionado como lócus de ensino, pesquisa e extensão para diversas áreas do conhecimento sobre a infância nas últimas quatro décadas. As UUEI referências para nossas investigações nesta década estão localizadas no Estado de São Paulo (Estaduais) e no Rio de Janeiro (Federais), com destaque a da USP-Ribeirão Preto e as da UFF e a da UFRJ. Guardada uma série de diferenças na trajetória e características dessas unidades, elas têm em comum a sua origem associada ao interesse de criar um lócus de ensino, pesquisa e extensão para áreas da Saúde, Educação e Assistência em diálogo com a infância. Outra característica comum é a de terem se organizado para atender às crianças filhas de funcionários e estudantes do ensino superior de suas instituições, isto é, tinham um caráter institucional e assistencial. Esse

caráter se altera em várias instituições federais a partir de uma determinação do Conselho Nacional de Educação, a Resolução nº 1/2011 (Brasil, 2011). Entretanto, as unidades de educação infantil da Fundação Osvaldo Cruz, no Rio de Janeiro, não se submeteram a essa determinação, fato que instiga a pesquisar essa instituição e sua decisão. Além disso, a educação infantil da Fiocruz, que existe há mais de três décadas, é reconhecida nacionalmente por seu trabalho e produção voltados para a pequena infância. Ao trazer essas unidades para foco de nossas pesquisas, retomamos os percursos metodológicos adotados para investigar as UUEI's acima mencionadas, no sentido de produzir material que permita compreender o papel das Unidades de Educação Infantil em uma Instituição Acadêmica como a Fiocruz, mas agregando outros instrumentos e estratégias que deem conta de suas especificidades. A pesquisa continuará a fundamentar-se, como nas pesquisas anteriores, em literatura especializada sobre infância, educação infantil, produção do conhecimento acadêmico, recorrendo a estudos de diversas áreas das Ciências Humanas, especialmente a História, Sociologia, Ciência Política e Educação. Para o próximo trênio visamos retornar aos estudos de Fúlvia Rosemberg (1992; 1996; 1998; 2006; 2011) e suas contribuições para pensar a infância e as políticas a elas destinadas. Temos identificado a necessidade de aprofundarmos os estudos feministas, uma vez que a infância e as condições de vida das crianças permanecem intensamente vinculadas às mulheres e seu lugar na sociedade. Outro foco trazido para construção do quadro teórico que embase nossas análises está na temática sobre a negritude, visto que as condições de vida da população negra no Brasil são profundamente marcadas pelo racismo, elemento estrutural em nossa sociedade, o que exige seu enfrentamento. Essas duas questões precisam ser abordadas na sua interseccionalidade, que temos como referências iniciais Angela Davis (2018), Hirata (2014), Lélia Gonzalez (em Rios e Lima, 2020), Sueli Carneiro (2011), Ana Isabel González (2010), Federicci (2019), Faria (2006), Oliveira e Abramowicz (2009), Rosemberg (1996; 1998; 2011), dentre outros. Os instrumentos metodológicos já adotados anteriormente nas investigações nas UUEI serão retomados para esse novo campo, como a ficha de identificação da unidade, planilha Excel para catalogação da produção acadêmica, caderno de campo e entrevistas a serem definidas no contato com a equipe responsável pelas unidades da Fiocruz e a autorização de acesso às unidades. A metodologia e os instrumentos utilizados podem ser redefinidos no processo de desenvolvimento da pesquisa e conforme questões relevantes e afetas aos objetivos da pesquisa emergem do campo e, ainda, com as contribuições da revisão bibliográfica e a análise do material.

Grupo de Pesquisa: Infância e Saber Docente.

COORDENAÇÃO: Lisandra Ogg Gomes

POLÍTICA COMO DIREITO DAS CRIANÇAS E PERSPECTIVAS SOCIAIS DO CUIDADO NA INFÂNCIA

O propósito deste projeto é articular infância, política e cuidado. A infância é compreendida como uma geração que se relaciona, sobretudo, com a dos adultos, porém a partir de uma condição de dependência, o que limita suas ações políticas, suscita uma cidadania secundária para a ação efetiva na sociedade e, por vezes, configura um cuidado que assume a forma de governança do outro. A política é entendida como o espaço de convivência entre diversos, mas iguais, que movimenta uma realidade em constante transformação, na busca pelo direito à liberdade de ser, falar e agir em favor do bem comum. Por sua vez, o cuidado tanto abarca um valor positivo, de sentido compartilhado por um coletivo que se importa com os outros, quanto assume uma dimensão conservadora, delegada a categorias subalternizadas como, por exemplo, crianças e mulheres. Assim, o objetivo principal da pesquisa é compreender como as crianças – de até 12 anos (com domínio da linguagem) – atuam e intervêm em seus contextos socioculturais, públicos e privados, visando a compreensão de suas agências políticas e suas percepções a respeito do cuidado. Pretende-se trabalhar a partir das pesquisas desenvolvidas no grupo Território dos Estudos da Infância, fundamentadas em entrevistas, observações dos campos de investigação, levantamentos socioeconômicos e culturais, e teorias latino-americanas, bem como produzir livros e audiovisuais para crianças, de modo a popularizar as investigações. Além disso, serão

estabelecidos intercâmbios acadêmicos nacionais e internacionais, sobretudo com o México e a Itália, países com os quais já existem parcerias, para difusão do conhecimento produzido, por meio da publicação de artigos em revistas, livros e/ou anais acadêmicos, assim como por meio de ações junto a escolas de educação básica. **Palavras-chave:** Infância; Política; Cuidado

COORDENAÇÃO: Luís Paulo Cruz Borges

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PARA AS JUVENTUDES: NEGROREFERENCIAR AS PESQUISAS

O grupo de estudos e pesquisa (re)imaginação, futuro e interseccionalidades - com as infâncias e juventudes (GEPRIFI) dedica-se a investigações interdisciplinares centradas nas temáticas das infâncias e juventudes, nos sentidos de futuro/futuridade e nos conhecimentos em circularidade no plano da cultura e da escola. O Grupo busca (re)pensar e problematizar uma educação pautada nas interseccionalidades, na (re)imaginação e na vocalização dos atores sociais. Acreditamos e pesquisamos na diferença, com as subjetividades e por meio dos afetos, visando a construção de sentidos/conhecimentos emancipatórios e insurgentes que combatam as desigualdades socioeducacionais e as opressões (raça/cor, gênero e sexualidade, classe, credo/religiosidade, etc.). O presente projeto de pesquisa tem como objetivo geral investigar e mapear as políticas de educação para as juventudes a partir da ideia de negrorreferenciar as pesquisas em educação com abordagens interseccionais. Nosso interesse se concentra em: políticas de futuridade, masculinidades, movimento estudantil, insurgências, escrevivências, necroeducação e necropolítica, didáticas/currículos e redes de sociabilidade, todos em relação às juventudes. Questiona-se: quais os sentidos de juventude presentes nas políticas públicas de educação no tempo presente? As teorizações estão pautadas na relação das juventudes com as políticas de educação para investigar o futuro como um direito cultural (Arjun Appadurai, 2015); a ideia de juventudes a partir do debate racial (Abdias do Nascimento, 1978; Grada Kilomba, 2019; bell hooks, 2017); e a interseccionalidade como dimensão analítica para perceber os marcadores de raça/cor, religião, idade, território, gênero e sexualidade (Lélia Gonzalez, 2020; Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, 2021). **Palavras-chave:** juventudes; vozes discentes; políticas de futuridade; interseccionalidade; negrorreferenciar.

COORDENAÇÃO: Rita Ribes Pereira

INFÂNCIA E ESCRITAS DE PESQUISA: CRIAÇÃO, MATERIALIDADES, LEITURAS

Este projeto tem por objetivo um estudo aprofundado sobre escritas de pesquisa no contexto do campo interdisciplinar dos estudos da infância. Há cerca de uma década o Grupo de Pesquisa Infância e Cultura Contemporânea, par e passo com os textos acadêmicos, vêm buscando outras formas de escrita para produção, comunicação e circulação dos resultados das pesquisas que realiza. Objetiva-se também a popularização da ciência de ampliação qualitativa do espectro de leitores e debatedores desses resultados. Almejamos buscar interlocutores em outras práticas da vida social e cultural e, com especial interesse, crianças. Em que medida é possível colocar em debate com crianças um conhecimento produzido com elas? Em que medida é possível convidar a sociedade em geral a perceber a presença das crianças no cotidiano? Temos fundamentado nossos caminhos num diálogo entre ciência e arte, desde a estesia que mobiliza a problematização da realidade social até a apresentação material das reflexões construídas. Reunimos até o momento X produtos construídos nessa perspectiva – livros, postais poéticos, almanaque e jogos. Esses produtos constituem o objeto de estudo central do projeto que aqui apresentamos. Num primeiro momento, nossos estudos estiveram voltados para a sua produção. Agora, empenha-se a tarefa de analisar materialmente essa produção e as histórias de sua circulação e retorno. Em termos teóricos, trata-se de uma análise sociológica, de abordagem bakhtiniana, para a qual toda produção humana é produção de linguagem e implica indissociavelmente autoria, materialidade das obras e interlocução ativa de quem se relaciona com elas. O objetivo deste projeto, portanto, implica a) uma avaliação sobre a produção desses materiais, b) uma análise formal dos materiais e c) um diálogo com interlocutores/leitores que acessaram esses materiais, grupo inicialmente formado por professores e pesquisadores que espontaneamente nos dão retorno de usos dessas obras – com adultos e com crianças – e que pretendemos ampliar.

COORDENAÇÃO: Walter Omar Kohan

UMA PEDAGOGIA MENINA DA PERGUNTA: PRINCÍPIOS, SENTIDOS E DESDOBRAMENTOS

O presente projeto busca pensar a infância e a dimensão filosófico-política da tarefa de educar. Nele, concentramos nossos estudos numa pedagogia menina da pergunta, inspirados na relação de Paulo Freire com a infância e a reinvenção da politicidade da tarefa de educar afirmada pelo educador pernambucano. O projeto prevê consolidar um trabalho conceitual já iniciado, bem como o fortalecimento do Núcleo de Estudos de Filosofias e Infâncias (NEFI) através da produção de publicações (notadamente, artigos e livros), editoração de periódico científico internacional (childhood & philosophy, a formação de recursos humanos, em nível de graduação, pós-graduação e extensão, a organização de eventos internacionais e experiências de formação, virtuais e presencias.

LINHA LP4 “INSTITUIÇÕES, PRÁTICAS EDUCATIVAS E HISTÓRIA”

COORDENAÇÃO: Denise Medina de Almeida França

PROJETO 1: UMA CARACTERIZAÇÃO DA MATEMÁTICA A ENSINAR E PARA ENSINAR EM PUBLICAÇÕES DO LABORATÓRIO DE CURRÍCULO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1980-1983) -FASE II [2022-2025]

O desenvolvimento da primeira fase do Projeto indiciou a necessidade de aprofundamento, desta vez, focando nos saberes geométricos. O objetivo é buscar indícios, por meio do saber matemático presente nas publicações do LC, dirigidas as series iniciais, de como foram produzidos, sistematizados e institucionalizados, no período estudado, os saberes profissionais referentes a geometria do professor que ensina matemática. Para tal, vale-se, sobretudo, de aparato teórico-metodológico no âmbito sócio-histórico, que mobiliza categorias de análise, como saberes profissionais, saberes a e para ensinar, saberes objetivados, sistematização dos saberes, institucionalização e expert. O projeto norteia-se pelas questões: que saberes geométricos para ensinar produzidos pelo LC foram considerados como referência? Que temas foram abordados prioritariamente nos textos elaborados pelos experts? A fim de discutir os saberes profissionais da docência e uma possível expertise dos elaboradores, adotamos como referencial teórico-metodológico Hofstetter; Schneuwly; Freymond (2017), Hofstetter; Valente. (2017), Valente et al. (2020), e outros. Da análise e caracterização de saberes, pretendemos ainda identificar candidatos a experts no ensino de matemática do nosso estado. Como resultado, pretendemos por meio da análise histórica sobre os processos e dinâmicas adotadas na elaboração de saberes profissionais para ensinar, contribuir para o ensino desse saber nas séries iniciais atuais e na formação de professores. Além disso, fornecer subsídios para o diálogo com pesquisadores do Brasil e do Mundo, visto que, o Ghemat- UERJ- Grupo de pesquisa em história da educação matemática há muito adota a prática do trabalho coletivo, abarcando grupos de pesquisa de diferentes estados e universidades e assim alargando possibilidades de reflexão sobre a “história da educação matemática no Brasil”. Como representante do Rio de Janeiro, nosso estudo contribuí com elementos referentes a história da educação matemática em nosso estado.

PROJETO 2: DINÂMICAS DE SISTEMATIZAÇÃO DE SABERES MATEMÁTICOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM ESTUDO SÓCIO-HISTÓRICO (1960-1990) - 2024-2027

O projeto de pesquisa busca analisar os processos de sistematização de saberes matemáticos voltados para a formação de professores das séries iniciais no Brasil, entre 1960 e 1980. A pesquisa visa compreender os aspectos constitutivos desse movimento, identificando as dinâmicas e processos envolvidos na produção de novos saberes para o ensino de matemática nesse período. Utilizando ferramentas teórico-metodológicas baseadas em estudos sócio-históricos

de autores como Rita Hofstetter e Bernard Schneuwly (2017) e na história da educação matemática, especialmente a perspectiva de Bertini, Morais e Valente sobre a "matemática do ensino", a pesquisa examina a influência dos "experts" - detentores de saberes reconhecidos socialmente - na elaboração de propostas para a formação de professores. A hipótese é de que lançando mão dessa empiria para a realização da investigação, a análise da massa documental de Estela Kaufman permitirá compreender os itinerários dos educadores do Rio de Janeiro na produção de saberes, contribuindo para responder às questões de pesquisa propostas.

COORDENAÇÃO: Evelyn de Almeida Orlando

INTELECTUAIS CATÓLICAS: EDUCAÇÃO, CULTURA E POLÍTICA NOS CAMINHOS DE LEGITIMAÇÃO, SABERES E MODOS FAZER DA CONDIÇÃO FEMININA (1920-1980)

Esta pesquisa tem como objeto de estudo as intelectuais católicas e seus modos de atuação e constituição como tal. Busca-se em bases ampliadas, analisar a presença feminina católica nos debates intelectuais no Brasil dos anos de 1920 a 1980, sua luta por um lugar de produção e reconhecimento intelectual, seus modos de ser e estar no campo intelectual e os modos pelos quais, seja individual ou coletivamente, elas se organizam e intervêm na cena social, a partir do campo católico. Busca-se, ainda, analisar suas ações no entrecruzamento da educação, cultura e política, a fim de melhor compreender o alcance de suas ações e suas projeções no âmbito da esfera pública. O referencial teórico-metodológico está assentado na História Cultural e Intelectual e em estreito diálogo com o conceito de intelectual, de Jean-François Sirinelli e Gisèle Sapiro; intelectuais católicas de Florence Rochefort; campo, de Pierre Bourdieu; práticas e representações, de Roger Chartier, fundamentalmente. Os caminhos metodológicos passam pela apreensão dos seus modos de fazer-se intelectual, observando três principais frentes de atuação: as viagens empreendidas, a publicização de suas ideias pelas mídias impressas, mas não apenas, e as redes de sociabilidade empreendidas. Espera-se que a pesquisa possa superar uma lacuna no campo da História da Educação, onde o campo intelectual ainda aparece de forma predominantemente masculino, lançando luz a personagens que participaram muito ativamente dos acontecimentos do seu tempo, mas que foram apagadas pela historiografia. Também espera-se que a pesquisa contribua para a desconstrução de um estereótipo feminino, sobretudo quando se trata de educação, ao colocar em discussão as condições de produção dessa noção acerca das mulheres.

COORDENAÇÃO: José Gonçalves Gondra

PROJETO 1: DESCENTRALIZANDO AS CIÊNCIAS DA INFÂNCIA. PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E REAPROPRIAÇÃO DE CONHECIMENTO ENTRE GENEBRA E OS PAÍSES DO SUL (1919-1980) [2023-2027]

O objetivo deste projeto de pesquisa é examinar a produção, a circulação e a reapropriação das ciências da infância, conforme elas se desenvolveram entre a "Genebra internacional" e os países do Sul entre 1919 e 1980. Até agora, a historiografia tem se concentrado no surgimento e na institucionalização desse conhecimento no mundo ocidental, estudando como ele orientou as políticas educacionais em nível nacional ou local. A circulação transnacional de teorias, dispositivos e métodos, bem como seus vetores e mediadores, também tem sido objeto de vários estudos, principalmente na Europa e na América do Norte. No entanto, a pesquisa acadêmica tem dado pouca atenção ao papel que os países do Sul têm desempenhado nesses processos. Este projeto tem como objetivo preencher essa lacuna, favorecendo uma abordagem histórica global que esteja mais atenta a esses espaços e aos atores que surgiram a partir deles. Mais precisamente, ele propõe uma descentralização do olhar a fim de melhor esclarecer a complexa economia dos "regimes circulatórios" que foram estabelecidos em escala global em torno das ciências da infância, definidas aqui como os campos de conhecimento relacionados às teorias e concepções pedagógicas, políticas de escolarização e alfabetização, profissões de ensino e educação, bem como currículos e métodos.

PROJETO 1: Versão em Francês

Décentrer les sciences de l'enfance. Production, circulations et réappropriations de savoirs entre Genève et les pays du Sud (1919-1980)

Ce projet de recherche a pour objectif d'examiner la production, les circulations et les réappropriations des sciences de l'enfance telles qu'elles se déploient entre la « Genève internationale » et les pays du Sud entre 1919 et 1980. L'historiographie s'est jusqu'ici focalisée sur l'émergence et l'institutionnalisation de ces savoirs dans le monde occidental, étudiant comment ils ont orienté les politiques éducatives à l'échelle nationale ou locale. Les circulations transnationales de théories, dispositifs et méthodes, ainsi que leurs vecteurs et médiateurs, ont aussi fait l'objet de nombreux travaux, portant notamment sur l'Europe et l'Amérique du Nord. Toutefois, la recherche académique s'est peu intéressée au rôle que les pays du Sud ont joué dans ces processus. Privilégiant une approche d'histoire globale plus attentive à ces espaces et aux acteurs qui en sont issus, ce projet souhaite combler cette lacune. Il propose plus précisément un décentrement du regard afin de mieux éclairer la complexe économie des « régimes circulatoires » qui se sont mis en place à l'échelle mondiale autour des sciences de l'enfance, définies ici comme les domaines de savoirs se rapportant aux théories et conceptions pédagogiques, aux politiques de scolarisation et d'alphabétisation, aux professions enseignantes et éducatives, ainsi qu'aux curricula et méthodes. (Fonds National Suisse/FNS et Université de Genève)

PROJETO 2: A escrita da história da educação brasileira: saberes, poderes e sujeitos (1808-1834) – Fase V

A pesquisa focaliza a reflexão historiográfica em torno do período da história da educação brasileira que corresponde ao aparecimento da escola como forma privilegiada de intervenção no curso da vida, funcionamento da sociedade, gestão da população e nos processos de subjetivação. Trata-se, portanto, de privilegiar o estudo referente ao período que corresponde ao funcionamento do Estado Imperial e analisar as representações que vêm sendo forjadas a respeito deste período na historiografia da educação brasileira. Deste modo, pretende-se interrogar a presença dos sujeitos/instituições e as relações dos mesmos com a configuração de problemas, fontes e abordagens na escrita da história da educação brasileira, enfatizando, para tanto, o exame da escrita que recobre o período entre 1808 e 1834. De modo correlato, mas na direção invertida, trata-se de pensar o modo como as configurações referidas procuram instaurar determinadas tradições no que se refere à documentação, acervos e práticas de escrita e ensino de história da educação no Brasil e seus efeitos na formação dos profissionais da educação. Na fase atual da pesquisa dar-se-á sequência ao estudo de experiências nacionais de escrita da história da educação procurando, observar relações entre os projetos de emancipação, independência e recolonização com os processos de construção da nação e de formação do povo. O foco incidirá na experiência brasileira, entre 1808 e 1834, com incursões mais ou menos tópicas nos processos desenvolvidos em outros países dos continentes americano e africano, enfatizando as complexas mediações entre os jogos de saber, poder e protagonismos nos processos de instrução/educação e suas relações com os movimentos emancipatórios. (CNPQ/FAPERJ/PROCIENCIA)

COORDENAÇÃO: Lia C. Macedo de Faria

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO: PENSAMENTO CULTURAL E POLÍTICO NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO MAGISTÉRIO FLUMINENSE

O presente estudo busca identificar as marcas da construção educacional e social no processo de transição democrática brasileira, recuperando o cenário político da redemocratização. No caso em tela, o fio condutor será a formação cultural/acadêmica e as práticas políticas que inspiraram o professorado. Desta forma, discutindo o processo de construção do pensamento educacional naquelas décadas, em meio a suas contradições, identificando rupturas e permanências circulantes

no imaginário docente. Ao analisar a participação de profissionais da educação na política e na cultura, o estudo pretende assinalar os possíveis impactos e vestígios presentes em suas falas e memórias. Nesse sentido, o estudo analisa a participação docente no campo político e cultural, assinalando os impactos e marcas provocados por tais práticas. Logo, o projeto em tela se propõe a buscar vestígios do pensamento cultural e político que contribuíram para a formação da identidade do magistério fluminense e brasileiro.

COORDENAÇÃO: Paula Leonardi

PROJETO 1: EDUCAÇÃO E RELIGIÕES NO ESPAÇO/TEMPO DAS CIDADES

Ao longo da história, as religiões se fazem presentes na gestão e organização dos espaços nas cidades e na formação dos cidadãos de diferentes formas. Compreender essas formas, as permanências e mudanças das religiões em sua ligação com a educação são os objetivos dessa pesquisa. Focaliza, especialmente, a presença da Igreja Católica na cultura, suas marcas e as práticas educativas na cidade do Rio de Janeiro entre 1890 e 1930. Tendo em conta que a organização social do espaço e dos lugares de memória têm implicações na construção e na dinâmica de identidades individuais e sociais, a hipótese que norteia esta pesquisa é que essa participação pode ter se dado por meio da difusão de uma moral e comportamentos específicos produzidos pela construção de —monumentos e pela realização de rituais públicos, caracterizados por uma pedagogia da memória. Em fins do século XIX, a Igreja construiu uma série de regulamentações para normatizar a ação dos religiosos na América Latina em uma verdadeira política cultural para a região. Dentre as principais ações estavam: a imprensa católica; a educação; monumentos e a intervenção no espaço urbano. Congregações estrangeiras iniciaram um processo de imigração para o Brasil que percorreu o século XX por oito décadas ininterruptas. Para o caso da cidade do Rio de Janeiro, é possível recortar um período de concentração deste processo entre 1890 e 1930. Marcam o período as reformas de urbanização e a construção do monumento e santuário do Cristo Redentor. Vinculado a um projeto de pesquisa mais amplo composto por outros pesquisadores, este projeto e a construção do mapa permitirá que outras pesquisas coloquem em relação a distribuição dos monumentos católicos (escolas e santuários), no espaço e no tempo com outras instituições educacionais públicas, privadas e de outras confissões.

PROJETO 2: MARCAS NA CIDADE: CULTURA VISUAL, CRISTIANISMO E FORMAÇÃO DO CIDADÃO [2023-2026]

A partir da constatação de retrocesso na laicidade brasileira apontado por Cunha (2023) e de dados do IBGE sobre avanço do neopentecostalismo no Brasil, esta pesquisa tem por objetivo identificar e analisar as várias maneiras como as igrejas cristãs e os fiéis socializam/educam/formam o olhar e a memória dos sujeitos que habitam a cidade a partir de símbolos e imagens. A hipótese desta investigação é apoiada nas indicações de Sanchis (1994) e Setton (2008) de que é preciso estudar a laicidade e o ensino religioso no âmbito de práticas e artefatos da cultura. Supõe que as religiões cristãs se espraiam pela cidade, dentre outros meios, pela cultura visual, símbolos e imagens difundidos em diversos suportes e produzidos não apenas institucionalmente como também pelos fiéis. Religiões são espaços de construção de sentido, e as pessoas que aderem a ela produzem, transmitem, negociam e apreendem dispositivos físicos, mentais e intelectuais que contribuem na construção do mundo social (SETTON, 2008). Pretende-se compreender a produção, a difusão e a recepção de símbolos e imagens nas diferentes cidades de atuação dos pesquisadores deste e nas diferentes faces do cristianismo, ainda que não consigamos cobrir todas as denominações. Edifícios, logo marcas, imagens em textos e imagens narradas, vídeos, postagens em redes sociais, artefatos, pichações, grafites e entrevistas estarão entre as fontes que serão coletadas de diferentes períodos históricos. A pesquisa parte de indagações do presente, inspira-se na filosofia da história de Walter Benjamin (1994) e no modo de fazer história de Carlo Ginzburg (1989). Acompanha reflexões da produção do conhecimento que considera o quanto monumentos da cultura podem

transformar-se em monumentos da barbárie assim como ferramentas de transformação em momentos cristalizados de tensão, explodindo o continuum da história. Para apreendê-los, é preciso o fazer pesquisa em slow down, a qualidade da observação e da análise são o foco.

COORDENAÇÃO: Sônia de Oliveira Camara Rangel

INTELECTUAIS, INSTITUIÇÕES E REDES DE SOCIABILIDADE: ASSISTÊNCIA, PROTEÇÃO E EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA NO RIO DE JANEIRO DE 1890 A 1940 (FASE IV) [2018-2027]

O projeto ambiciona investigar as redes de sociabilidade construídas entre instituições e intelectuais que, mobilizados pela cruzada civilizatória da infância colocaram-se em defesa de sua proteção, assistência e educação. A partir da constituição das redes objetiva-se mapear e analisar as iniciativas públicas e privadas que se constituíram na cidade do Rio de Janeiro no período de 1890 a 1940. Com este intento, interessa tecer uma malha assistencial às infâncias por meio da composição de uma cartografia das ações promovidas pelos intelectuais e pelas instituições dos campos médico e jurídico. Em sua missão civilizadora esses intelectuais elegeram e constituíram espaços de atuação a partir dos quais criaram condições para fomentar projetos de intervenção social visando promover a modernização do país. É no entrecruzamento das medidas organizadas na cidade-capital que pretendemos (re)constituir as relações entre os intelectuais e o Estado; a medicina, o direito e a educação; a escola e a família; o público e o privado. Nesta perspectiva, o esforço interpretativo visa analisar as estratégias elaboradas a partir das quais as infâncias foram perspectivadas como objetos de pensamento, de intervenção e de profilaxia social. Interessa, ainda, tencionar as matrizes que orientaram e conformaram a organização de dispositivos de atendimento, de proteção e de educação das infâncias pobres e desvalidas, bem como captar as formas como essas matrizes circularam no cenário nacional e internacional no período de 1890 a 1940. Quanto à periodização proposta (1890-1940), está se sustenta em duas perspectivas de análise. A primeira, de que no período delineado entre os anos de 1890 a 1920, as iniciativas direcionadas às infâncias estiveram marcadas pela presença da filantropia assistencial prevalecendo, em grande parte, a ideia de que estas dependiam mais da vontade individual dos que se devotaram à causa da infância pobre do que propriamente de iniciativas públicas. A segunda, que entre as décadas de 1920 a 1940, teria ocorrido o processo de judicialização das infâncias e de formulação de políticas assistenciais e protetivas sob o predomínio do Estado tutelar.

LINHA LP9 “CURRÍCULO: SUJEITOS, CONHECIMENTO E CULTURA”

COORDENAÇÃO: Diogo Bogéa

IDENTIDADE, DIFERENÇA, SINGULARIDADE: A DESCONSTRUÇÃO DO SUJEITO MODERNO E SEUS IMPACTOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Nosso projeto de pesquisa visa problematizar alguns dos sentidos mais comumente atribuídos aos processos educacionais e, conseqüentemente, à formação de professores, tais como: aquisição e transmissão de conteúdos de conhecimento; aquisição e transmissão de habilidades e competências; desenvolvimento e transmissão de uma “consciência crítica” ou de valores morais capazes de formar “sujeitos” segundo algum projeto pré-estabelecido. Todos esses sentidos nos parecem ancorados na noção moderna de sujeito como centro de comando imaterial, único, idêntico e essencialmente racional e consciente. Com a crise ou desconstrução desse ideal moderno de sujeito, torna-se urgente repensar esses sentidos. A partir de referenciais pós-estruturalistas – Deleuze e Derrida –, psicanalíticos – Freud, Lacan, MD Magno – e alguns de seus antecessores – Spinoza, Schopenhauer, Nietzsche –, procuramos acompanhar a desconstrução contemporânea desse ideal de sujeito e, conseqüentemente, evidenciar os furos, rachaduras ou mesmo o caráter francamente ilusório desses sentidos mais comumente atribuídos aos processos educacionais e à formação de professores. Mobilizamos esses mesmos referenciais para colocar em cena uma outra

possibilidade de pensar a existência: como rede de corpos afetivos interativos, atravessados por redes de significações ou “rastros” e co-movidos pelo desejo. Para além dos ideais de unidade, identidade, racionalidade e consciência do sujeito moderno, aposta-se numa compreensão da existência humana que enfatize a multiplicidade, a alteridade (inclusive em relação a qualquer “si mesmo” supostamente constituído), a afetividade, o desejo e a singularidade. Investigando textos teóricos e documentos curriculares, nos interessa expor e problematizar os pressupostos metafísicos e as noções modernas de subjetividade que os regem, bem como compor compreensões alternativas da existência humana ressaltando seu caráter aberto, descentrado, dividido, múltiplo e conflituoso a fim de investigar também os impactos de uma tal concepção para os processos educacionais, a formação de professores e as composições curriculares.

COORDENAÇÃO: Nataly da Costa Afonso

AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA: QUALIDADE EM DISPUTA NAS REDES MUNICIPAIS DO RIO DE JANEIRO

A pesquisa tem por objetivo analisar o movimento político das avaliações em larga escala, compreendidas enquanto práticas discursivas e dispositivos performativos. Nesse sentido, busca-se investigar a mobilização das políticas avaliativas na produção das políticas curriculares das redes municipais do Estado do Rio de Janeiro, problematizando os modos pelos quais estas operam na produção e na tentativa de fixação de sentidos de qualidade da educação, atuando como forma de regulação simbólica do currículo. Parte-se da compreensão de que os números não operam como instrumentos neutros, mas como tecnologias que produzem regimes de verdade, orientando a ação política e configurando o que passa a contar como conhecimento, aprendizagem e qualidade no campo educacional. Ancorada em uma perspectiva pós-estrutural e em uma abordagem orientada ao problema, a investigação focaliza o Estado do Rio de Janeiro, analisando a articulação entre as políticas de avaliação e as políticas curriculares territoriais desenvolvidas nas maiores redes municipais do Estado. O estudo examina as relações entre o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e as políticas curriculares municipais, tomando documentos oficiais como corpus e acompanhando os rastros das políticas avaliativas como marcas de processos de tradução. Ao fazê-lo, busca contribuir para a problematização dos efeitos produzidos pelas avaliações em larga escala na definição da qualidade da educação, bem como para o adensamento teórico-analítico das pesquisas no campo das políticas curriculares. **Palavras-chave:** currículo; Avaliações em larga escala; políticas curriculares; qualidade.

COORDENAÇÃO: Raquel Goulart Barreto

POLÍTICAS DE SUBSTITUIÇÃO TECNOLÓGICA: DO TRABALHO DOCENTE À ESCOLA PÚBLICA?

Como o anterior (—Dimensões da substituição tecnológica nas políticas educacionais: o caso da Secretaria Municipal do Rio de Janeiro), este projeto está centrado no movimento de expansão de um modo específico de incorporação educacional das tecnologias da informação e da comunicação (TIC): o que as concebe em lugar dos processos historicamente constituídos. Formular a noção de —substituição tecnológica permitiu superar as abordagens restritas ao *modus operandi* das propostas, remetendo à expropriação do trabalho docente, seja ela total, como no ensino à distância (EAD), seja parcial, pela utilização intensiva, muitas vezes imposta pela avaliação, de materiais de ensino relexicalizados como —objetos de aprendizagem. O movimento atual sugere a extrapolação do trabalho docente, adquirindo dimensão institucional. Os atuais discursos das políticas educacionais, capitaneados pelo empresariado, como em —Todos pela educação, são constituídos por um suposto filantropismo, sugerindo que a precariedade das escolas possa ser vista como obstáculo contornável pela intervenção das grandes plataformas (GAFAM: Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft). Do —ensino remoto emergencial, a tendência tem sido a de defender o —ensino híbrido, em um enredo de simplificações que atingem diretamente a escola pública. Este movimento, expresso por aspectos semânticos, sintáticos e pragmáticos, é a hipótese

de trabalho que sustenta o presente projeto.

COORDENAÇÃO: Rosanne Evangelista Dias

DEMANDAS E PROCESSOS DE ARTICULAÇÃO NA PRODUÇÃO DE CURRÍCULOS PARA A DOCÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

Esta investigação aborda a produção de políticas de currículo para a docência na escola básica no espaço da América Latina e do Caribe no âmbito da Agenda Educação 2030 da ONU. Pretendemos compreender as relações que vêm se constituindo na região em torno do currículo para a formação e o trabalho docente, considerando as trajetórias, o protagonismo de sujeitos políticos, de organizações governamentais e não-governamentais constituídas em processos de articulação na luta por demandas em redes políticas. Salientamos as demandas apresentadas, significadas e disputadas na América Latina e Caribe considerando a importância dessa região para maior compreensão das condições, singularidades, tradições, projetos, perspectivas, processos de regulação para o desenvolvimento curricular para a docência da escola básica, como também a ainda escassa produção de análises no campo do currículo e da docência sobre esse importante espaço político. Orientamos a investigação pela Teoria do Discurso (TD) de Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e colaboradores dessa abordagem discursiva e as redes de política de Stephen Ball para problematizar essa produção curricular, analisando em especial as demandas produzidas, os processos de articulação discursivos e as lutas pela significação que vêm sendo encaminhadas nas suas múltiplas e complexas negociações. Compreendemos a relevância das investigações que pretendem avançar nas análises sobre a produção de políticas de currículo para a docência no Brasil e na região da América Latina e do Caribe pensando as interconexões e resultados dessas políticas tanto nas suas convergências como na sua diferenças e intentamos aprofundar o conhecimento teórico-estratégico sobre as políticas de currículo.

COORDENAÇÃO: Rita de Cássia Prazeres Frangella

COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA: INVESTIGANDO POLÍTICAS CURRICULARES TERRITORIAIS DE ALFABETIZAÇÃO E FORMAÇÃO

Esse projeto tem como objeto de estudo o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e objetiva analisar como se efetivam na proposição de políticas-práticas curriculares duas das diretrizes do Compromisso (art. 4, inciso I e II) que são: o reconhecimento da autonomia dos entes federativos e do papel indutor, articulador e coordenador do Ministério da Educação na realização das políticas públicas de educação básica. Numa análise preliminar, observa-se como central na proposição do Compromisso a ideia de protagonismo docente e das redes públicas no desenvolvimento de políticas curriculares próprias de alfabetização e formação de alfabetizadores, alinhado ao conceito de território, mobilizado na indicação de políticas territoriais estaduais de alfabetização e formação. A tomada da ideia de territorialidade é acionada associada à promoção de equidade e justiça social. Observa-se que a ideia de território põe em disputa sua própria significação em meio aos jogos de poder nele encenados e discutir essa ideia, na tensão com uma perspectiva de diferença que, se subsumida numa ideia de igualdade implica em homogeneização, mobiliza os esforços analíticos propostos nessa pesquisa. Assim, busca-se discutir a questão emergente no campo que discute a ideia de justiça curricular. Tais questões de pesquisa se desenvolvem assentadas numa perspectiva discursiva pós-estrutural acerca de um entendimento do currículo. Nesse registro teórico considera-se a produção de políticas curriculares uma luta por significação que se dá nos consensos parciais, nas contingencialidades e nas operações hegemônicas constitutivas dos modos de pensar-fazer o currículo. Portanto, o presente projeto visa acompanhar a feitura da política que, em sua proposição, destaca o protagonismo docente e o incentivo à multiplicidade de propostas, tantas quanto possíveis de serem gestadas em contextos diferentes e aí entendendo que essas diferenças não serão subsumidas/submetidas a uma política unitária generalizante.

LINHA LP10 “GÊNERO, RAÇA E INTERSECCIONALIDADES

COORDENAÇÃO: Alexandra Lima da Silva

SEMENTES DE ÉBANO: MULHERES NEGRAS, REDES DE SOLIDARIEDADE E RESPEITABILIDADE [2025-2028]

O projeto busca dar visibilidade às existências de mulheres negras na diáspora, em seus múltiplos papéis no interior das famílias: filhas, mães, esposas, tias, cunhadas, madrinhas, avós. Procura analisar a importância de reconhecer as trajetórias das mulheres negras e alertar sobre a necessidade de compreendê-las desde o paradigma da pluralidade e das subjetividades múltiplas, mas sem perder o caráter coletivo e comprometido dessas existências pedagógicas e transgressoras. Compreende o desejo por pertencimento e respeitabilidade como cruciais na luta contra o silenciamento e o pagamento histórico dessas sujeitas. A partir da revisão bibliográfica e do cruzamento com fontes diversas, tais como textos literários, periódicos, relatos orais, biografias, memórias, registros civis e eclesiásticos, fotografias e outros registros imagéticos, o projeto procura problematizar os significados da maior visibilidade dada às trajetórias individuais e biografias de homens negros nos estudos históricos. Procura também, interrogar os silenciamentos produzidos em relação às mulheres negras na produção historiográfica, e também, na produção didática, paradidática e audiovisual. Compreende a família negra de forma ampliada, como uma comunidade de afeto e solidariedade. O projeto defende a preservação da família como um legado e a busca por respeitabilidade foi parte do movimento de consolidação da liberdade.

COORDENAÇÃO: Fernando Altair Pocahy

EDUCAÇÃO PARA A VIDA LONGEVA: (DES)ARTICULAÇÕES NA DIFERENÇA

A pesquisa em tela busca compreender como determinadas redes enunciativas articuladas à produção da vida longa evocam e/ou situam o campo educacional (e os seus significantes) como tecnologia de governo. Partimos da premissa de que as proposições e recomendações globais para o envelhecimento (ativo e saudável) não encontrariam pronta correspondência nas traduções culturais e aplicações geopolíticas que orientam, uma vez verificadas as condições da vida social de cada lugar (país, região, cidade) e marcadores de diferença (particularmente gênero, raça e sexualidade) entre suas populações. Para analisar a (nova) economia política da verdade e o estatuto social, político, científico e cultural do envelhecimento e da velhice, apoiamos-nos em cartografias de fluxos enunciativos (DELEUZE; GUATTARI, 1997) e na genealogia das práticas discursivas e modos de (auto-)constituição dos sujeitos (FOUCAULT, 2001). A partir dessa perspectiva ético-epistemológica associamo-nos a movimentos pós-críticos na educação (SILVA, 2001; LOURO, 2001; 2007; LOPES, 2013; MEYER PARAÍSO, 2014) em problematizações sobre as relações de poder, diferença e performatividade (SILVA, 2001; LOURO, 2001; 2007; MACEDO, 2006). Com essa finalidade a pesquisa engendra três entradas de problematização: [1] estudo documental em torno das encomendas produzidas a partir dos enunciados globais e suas traduções, pactuações ou recusas e negociações locais; [2]: um estudo sobre cotidianos, práticas educativas e sociabilidades (inter-intra)geracionais; e, por fim, [3] um estudo em síntese crítico-narrativa de correspondência entre os resultados dos estudos [1 e 2], refletindo as condições e as possibilidades de tais redes discursivas no campo educacional e seus efeitos de subjetivação para a(s) vida(s) longa(s). O espectro empírico inclui rastros e vestígios (i/materiais) da circulação de tais linhas enunciativas, atento à dimensão contexto-dependente (MEYER, 2014) e interseccional (BILGE, 2007; AKOTIRENE, 2019) do campo-tema da pesquisa. O plano de trabalho está alinhado social, cultural e politicamente aos esforços acadêmicos, governamentais e associativos mobilizados frente às urgências de um estado-nação que se (a)firma idoso e, com isso

e por conta disso, convocado a educar sua população (ou apenas parte dela) para a longevidade.

COORDENAÇÃO: Gabriel Siqueira Corrêa

FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: DISPUTAS, PRÁTICAS E A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 11.645/08 NAS LICENCIATURAS DA UERJ

O projeto analisa a implementação da Lei 11.645/08 nas licenciaturas em Pedagogia, História e Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, compreendendo a Educação das Relações Étnico-Raciais como resultado histórico das lutas do Movimento Negro e como campo de disputas curriculares, epistemológicas e políticas no ensino superior. A pesquisa investiga de que modo a educação antirracista vem sendo incorporada à formação docente por meio dos currículos, ementas, grupos de pesquisa, políticas institucionais e práticas acadêmicas desenvolvidas nos cursos analisados. Fundamentado em uma perspectiva interseccional e decolonial, o estudo articula debates sobre currículo, relações raciais, representação, espaço e formação de professores, tomando a raça como elemento estruturante das desigualdades educacionais brasileiras e das formas de produção e legitimação do conhecimento. A partir de análise documental, mapeamento institucional e entrevistas semiestruturadas, a investigação busca identificar limites, avanços, tensões e processos de institucionalização da temática étnico-racial nas licenciaturas, evidenciando como a universidade incorpora, traduz ou tensiona as demandas da educação antirracista. Ao final, a pesquisa pretende contribuir para o fortalecimento das políticas de Educação das Relações Étnico-Raciais e para a consolidação de práticas formativas comprometidas com a justiça racial e a transformação social.

COORDENAÇÃO: Janaína Moreira Pacheco de Souza

FLUXOS MIGRATÓRIOS E EDUCAÇÃO: UM DIÁLOGO ENTRE PRÁTICAS INCLUSIVAS E O ENSINO DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLHIMENTO

Em um contexto marcado pela intensificação das migrações contemporâneas e pela crescente diversidade linguística e cultural presente nas escolas públicas brasileiras (Souza, 2019), torna-se fundamental repensar os processos de inclusão escolar de sujeitos oriundos de fluxos migratórios. Parte-se do pressuposto de que a escolarização demanda práticas que ultrapassem a dimensão normativa da língua, considerando experiências, repertórios e trajetórias. Diante desse cenário, a presente pesquisa tem como objetivo investigar os processos de inclusão escolar de crianças e/ou adultos migrantes, tomando o português como língua de acolhimento (PLAc) como eixo central de análise. Busca-se compreender de que modo essa perspectiva pode contribuir para a (re)construção de práticas educativas que contribuem para os processos de aprendizagem. Para fundamentar tais questões, o estudo fundamenta-se nas concepções de PLAc (GROSSO, 2008, 2010; ANÇÃ, 2005), em diálogo com a noção de acolhimento entre línguas (BIZON; CAMARGO, 2018) e com a perspectiva do atravessamento de fronteiras linguísticas e culturais (MIGNOLO, 2013), o que implica a necessidade de refletir sobre práticas pedagógicas em contextos de diversidade. No campo das políticas linguísticas, o projeto dialoga com Maher (2013), Orlandi (2007) e Bizon e Camargo (2018), com o propósito de tensionar a matriz colonial do poder (QUIJANO, 2005), historicamente responsável pela hierarquização de línguas e saberes. Incorpora-se, ainda, a perspectiva dos estudos interseccionais, conforme Collins (2021, 2022) e Akotirene (2018), compreendendo que marcadores como raça, gênero, classe e nacionalidade atravessam as experiências escolares de migrantes, produzindo desigualdades e fracasso escolar. A pesquisa direciona-se a pesquisadoras e pesquisadores interessadas (os) nos diálogos entre educação, diversidade e processos migratórios, reforçando a urgência de (re)pensar modos de ensino (para) e de aprendizagem dessas pessoas numa perspectiva não padronizada, atenta às múltiplas dimensões

que constituem esses sujeitos.

COORDENAÇÃO: Stela Guedes Caputo (Maristela Gomes de Souza Guedes)
FOTOGRAFIA, INFÂNCIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: ÉTICA, REPRESENTAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM PESQUISAS COM CRIANÇAS

O projeto tem como objetivo pesquisar os usos das fotografias em pesquisas com crianças e, em uma segunda frente articulada, problematizar os deslocamentos produzidos pela emergência de imagens geradas por inteligência artificial nesse mesmo campo. Parte-se do entendimento de que a fotografia, longe de constituir mero recurso ilustrativo ou instrumento neutro de registro, pode operar como linguagem, método e forma de produção de conhecimento nas pesquisas com crianças. Interessa compreender de que modo as imagens fotográficas têm sido mobilizadas em investigações no campo da educação e dos estudos da infância, quais concepções de criança, participação e representação sustentam esses usos e que dilemas éticos, estéticos e metodológicos emergem desse processo. A pesquisa tomará como referência a produção de fotografias em contextos relacionais, nos quais a imagem se constrói a partir da convivência, da escuta, da negociação e da copresença, reconhecendo as crianças não apenas como fotografadas, mas também como interlocutoras, curadoras e, em muitos casos, produtoras de suas próprias imagens. Nessa direção, pretende-se examinar tanto fotografias feitas por pesquisadoras e pesquisadores quanto imagens realizadas pelas próprias crianças, analisando seu potencial para expressar experiências, pontos de vista, memórias e formas de habitar o mundo. Em diálogo com a antropologia visual, com os estudos sociais da infância e com debates sobre ética em pesquisa, o projeto buscará discutir em que condições a fotografia pode contribuir para afirmar a agência infantil, visibilizar presenças historicamente subalternizadas e tensionar perspectivas adultocêntricas. Ao mesmo tempo, pretende-se analisar criticamente práticas que dissociam imagem, contexto e história, produzindo usos extrativos, descontextualizados ou substituíveis das fotografias infantis. Articulada a essa discussão, a pesquisa desenvolverá uma segunda frente voltada à análise dos impactos da inteligência artificial sobre os modos de representar visualmente a infância em pesquisas acadêmicas. O interesse, nesse caso, não será apenas tecnológico, mas ético, político, epistemológico e metodológico. Busca-se problematizar a suposição de que imagens geradas por IA poderiam resolver os impasses implicados no uso de fotografias de crianças, argumentando que a mediação algorítmica não elimina esses dilemas, mas os desloca para infraestruturas técnicas opacas, atravessadas pela extração de dados, pela reprodução de padrões racializados, normativos e adultocêntricos, e pela ausência de relação com crianças concretas. A pesquisa trabalhará, assim, com a hipótese de que a substituição da fotografia relacional por imagens sintéticas pode fragilizar conquistas importantes dos estudos da infância, ao recolocar a criança no lugar de figura abstrata e inteiramente disponível à projeção adulta. Nesse sentido, pretende-se investigar criticamente a delegação algorítmica da infância (Caputo, 2026), entendida como transferência da representação infantil a sistemas técnicos que produzem visualidades sem encontro, sem escuta e sem compromisso com sujeitos historicamente situados. Em contraponto, o projeto buscará sustentar a relevância de abordagens ético-relacionais, como a fotoetnografia miúda, nas quais a imagem permanece vinculada ao nome, à história, ao contexto e à participação da criança na pesquisa. Espera-se, com isso, contribuir para o campo da educação ao aprofundar o debate sobre fotografia, infância e inteligência artificial, afirmando que, mesmo em tempos de crescente mediação tecnológica, a produção de imagens com crianças exige responsabilidade, implicação e compromisso com a relação.

COORDENAÇÃO: Virginia Cecilia da Rocha Louzada
A ENTRADA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SAEB): O CONTEXTO DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS EM LARGA ESCALA

O Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas, Avaliação, Infâncias e Interseccionalidades (GEPPAI) atua com projetos de pesquisa sobre avaliação na/da educação infantil (EI), a saber: a) avaliação na EI, que diz respeito à relação que se estabelece entre professores/as e crianças – nomeada como avaliação da aprendizagem; b) avaliação da EI, sobre a perspectiva macro, políticas de avaliação pensadas para a primeira etapa da educação básica – entre elas a avaliação de contexto; c) avaliação institucional participativa – baseada em princípios como gestão democrática, qualidade negociada e qualidade social. Conta com a participação de pesquisadores/as e instituições de ensino superior e educação básica. O projeto acompanha os efeitos da entrada da educação infantil no sistema nacional de avaliação a partir da rede pública municipal de educação carioca. Neste sentido, em diálogo com o projeto, objetiva-se orientar, preferencialmente, pesquisas de mestrado e doutorado que tenham como temática sistemas de avaliação para a educação infantil em redes públicas municipais, a relação que se estabelece entre professores/as e demais atores que atuam no cotidiano das escolas, professores/as e crianças desta faixa etária em diálogo com diferentes interseccionalidades – gênero, raça, classe social, entre outras – e as avaliações formais e informais. Estudos e pesquisas das áreas da avaliação educacional, infâncias e juventudes compõem o referencial teórico utilizado. Pretende-se, desta forma, contribuir para o debate sobre a qualidade de uma educação pública socialmente referenciada para crianças e jovens das classes populares a partir das pesquisas realizadas pelo grupo.